

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E  
DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE DIANTE DAS EMPRESAS DE  
SOFTWARE DE PLANOS DE CONTAS NOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**GISELLE ADRIANA CARDOSO LINHARES**

**FLORIANÓPOLIS-SC**

**1999**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E  
DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE DIANTE DAS EMPRESAS DE  
SOFTWARES DE PLANOS DE CONTAS NOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmica: GISELLE ADRIANA CARDOSO LINHARES

Orientador: PROF. FLÁVIO DA CRUZ

FLORIANÓPOLIS-SC

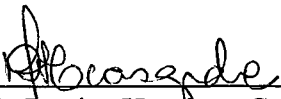
1999.

**ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS  
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DAS EMPRESAS DE  
SOFTWARE DE PLANOS DE CONTAS NOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

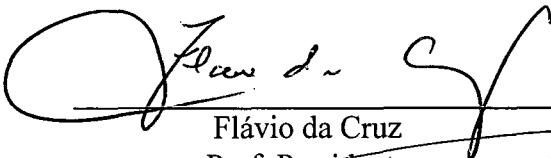
Autora: Acadêmica **GISELLE ADRIANA CARDOSO LINHARES**

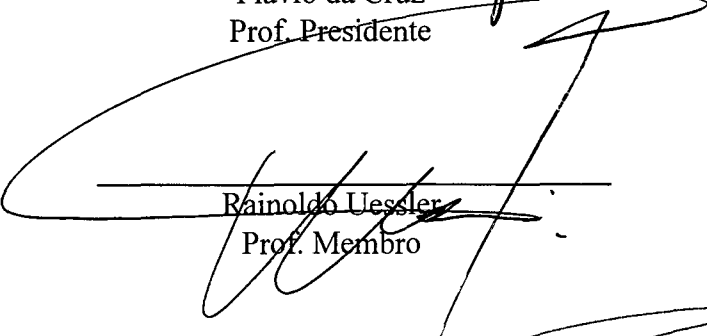
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,5 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominados.

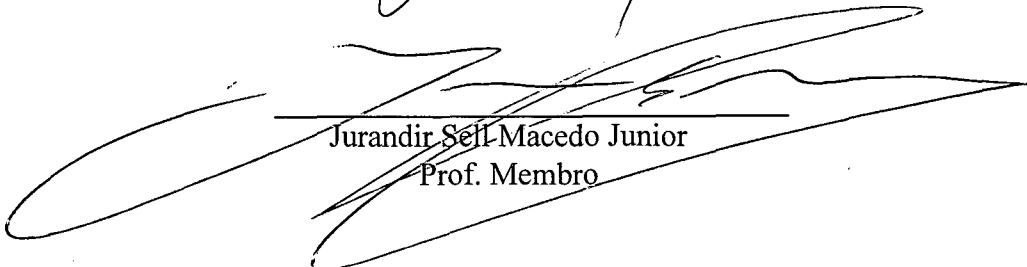
Florianópolis, 29 de Julho de 1999.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Maria Denize Henrique Casagrande  
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

  
\_\_\_\_\_  
Flávio da Cruz  
Prof. Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Rainoldo Uessler  
Prof. Membro

  
\_\_\_\_\_  
Jurandir Sell Macedo Junior  
Prof. Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por tudo e todos que proporcionaram para que aqui chegasse.

Aos meus pais, pela educação que recebi, pelo apoio e pela oportunidade que sempre me deram de estudar. A meu marido pelo apoio e compreensão. A minha irmã Patrícia pelo auxílio e carinho.

O meu muito obrigada à contadora do Município de Biguaçu que por causa desta obra constituímos uma grande amizade.

A meu orientador professor Flávio da Cruz que, com sua excepcional ajuda, fez com que este trabalho se tornasse realidade.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 - Assunto da Monografia.....	6
1.2 Caracterização do Trabalho e Conceituação do Objetivo da Pesquisa.....	8
1.3 Tema.....	9
1.3.1 Delimitação do tema.....	9
1.4 Objetivo Geral .....	9
1.4.1 Objetivos específicos.....	10
1.5 Problema.....	11
1.5.1 Justificativa.....	11
1.6 Metodologia Aplicada .....	11
1.7 Revisão Bibliográfica .....	12
1.7.1 Conceito de Patrimônio Público.....	13
1.7.2 Importância dos Planos de Contas.....	14
1.7.3 Conceituação de Conta e Plano de Contas .....	14
1.7.4 Três Sistemas que Compõe o Plano de Contas na Contabilidade Pública .....	16
1.7.5 Organização de Contas .....	18

1.8 Terminologia Contábil.....	18
1.8.1 A necessidade de conhecer .....	18
2. IDENTIFICAÇÃO DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS .....	23
2.1 Apresentação Da Empresa Fornecedora Dos Planos De Contas Informatizados Para A Grande Florianópolis .....	24
2.2 Serviços Oferecidos .....	25
2.2.1 S.A.P.O . Um Estudo Mais Profundo Sobre O Sistema .....	29
2.3 Resultado da Comparação dos Planos de Contas dos Municípios em Estudo .....	32
3. PESQUISA DE CAMPO SOBRE PLANO DE CONTAS INFORMATIZADO..	33
3.1 Pesquisa Prática .....	33
COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
BIBLIOGRAFIA .....	39
ANEXOS .....	40
ANEXO 1 - TABULAÇÃO DA PESQUISA	
ANEXO 2 - TABELA DE ALTERAÇÕES DE CÓDIGOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	
ANEXO 4 - RELATÓRIO DA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA COM A DATA DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NOS MINICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	
ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO COM AS RESPOSTAS DOS PROFISSIONAIS	

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 - ASSUNTO DA MONOGRAFIA

Cômo instituição pública, o Município tem a sua autonomia assegurada e definida na Constituição do Brasil, através do artigo 18: pode organizar-se administrativamente como bem lhe convir, porém na prática isso não acontece. Verifica-se pela expressão textual do artigo constitucional que o Município constitui-se em pessoa de direito público interno, autônomo em relação a sua administração. Porém, na realidade o artigo constitucional não é exercido, nas portarias como nº 9 e 20 de 1974 e 1975 respectivamente, tem tido força de lei, e praticadas. Nestas portarias estão descritas a intervenção da União nos estados e Municípios.

Quando o Município se organiza tem por fim atingir com eficiência os objetivos que lhe são inerentes, ou seja, proporcionar o bem-estar social e econômico à comunidade que nele reside.

Ao mesmo tempo em que se organiza, a administração tem necessidade de verificar se os objetivos estão sendo atingidos com ou sem eficiência e de observar se os recursos estão sendo auferidos em toda a sua plenitude e aplicados com eficiência e eficácia.

A aplicação de recursos públicos, provenientes do tesouro, ainda que de diferentes fontes, se faz dentro de uma programação específica e está sujeita a controles formais, obrigatórios, aos sistemas de controle interno e externo; sua contabilização, conseqüentemente, deve seguir um modelo que assegure uma padronização adequada. Além de um Plano de Contas único, os demonstrativos contábeis também são obrigatórios e padronizados.

Segundo a Constituição Federal, artigo 70, “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas,

será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

O controle externo é o exercido no âmbito do Congresso nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete desde a apreciação das contas do Presidente da República até o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

As normas estabelecidas na Seção IX do Capítulo I do Título IV da Constituição Federal se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos.

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Os procedimentos de controle escritural manterão estrita observância a normas estabelecidas no Plano de Contas, especialmente organizado no sentido de prover a administração de dados e informações sobre as transações realizadas, classificadas racionalmente.

Na contabilidade geral, o Plano de Contas é o conjunto de contas previamente estabelecido, para orientar a execução da contabilidade de uma empresa. O mesmo ocorre na contabilidade de um Município, que será o objeto deste estudo.

Reis (1979:21) *"a organização do controle escritural, para funcionar a contento e atingir os objetivos com a eficácia desejada, exige perfeita coordenação entre os órgãos da administração e o da contabilidade."*

O Plano de Contas na contabilidade pública, de acordo com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, supramencionada que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, do Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nela compreende-se que serve para organizar um sistema de escrituração



ordenada e sistematizada das contas para registrar todos os eventos que venham a ocorrer na entidade.

É considerado um instrumento importante na organização contábil do Município, sem o qual não seriam facilitados os registros e a classificação.

Além disso, somando-se a contabilidade pública com a tecnologia tem-se o acréscimo de vários fatores positivos, principalmente quando se trabalha com microcomputadores. Estes, com capacidade de grande armazenamento de dados e informações em sua memória, e outros recursos, tais como: disquetes, cd rom, software, trazem agilidade e comodidade.

Baseado neste argumento, seguindo o rumo do desenvolvimento, as Prefeituras da Grande Florianópolis estão se adaptando às mudanças tecnológicas e inserindo em seus trabalhos o uso de programas avançados para computadores.

Hoje em dia, o Plano de Contas de um Município, em cada sistema, contém apenas algumas das contas da Lei 4.320/64, sendo, portanto, um plano menos complexo do que o do Estado em que se situa o Município.

O presente trabalho registrou a situação atual das Prefeituras com relação aos Planos de Contas Informatizados antes da implantação de um sistema unificado em todo o País. Esta unificação está prevista para o ano de 2.004, embora oficialmente inexista qualquer ato normativo que regule o assunto.

## **1.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E CONCEITUAÇÃO DO OBJETIVO DA PESQUISA**

Nesta parte do trabalho foi abordado uma noção geral do assunto em questão. Este é composto pelos objetivos gerais e específicos do trabalho, bem como pelo tema, problema e metodologia do mesmo.

Ainda neste capítulo são apresentados conceitos de “Patrimônio Público”, “Conta e Plano de Contas”.

Como o objetivo deste trabalho teve-se o de conhecer, analisar e comparar os atuais Planos de Contas Informatizados dos Municípios da Grande Florianópolis. Apresentar-se-á, ainda neste capítulo, a importância e sistemática do Plano de Contas da contabilidade pública municipal, através de pesquisa bibliográfica.

### **1.3 TEMA**

Segundo Lakatos (1991: 218), tema é *"o assunto que se deseja provar ou desenvolver"*. A escolha do tema pode ser influenciada por diversos fatores relacionados a situação profissionais, acadêmicos ou pessoais.

O tema escolhido para este trabalho foi abrangido por dois aspectos principais: a dificuldade de conseguir um orientador para um assunto correlacionado a este e a curiosidade em torno das mudanças ocorridas na contabilidade pública dos Municípios da Grande Florianópolis, no caso, os Planos de Contas Informatizados.

#### **1.3.1 Delimitação do tema**

Neste trabalho, pretendeu-se elaborar o registro, comparação e análise dos atuais Planos de Contas dos Municípios da Grande Florianópolis. Entretanto, cabe ressaltar que em função da natureza do estudo, esta pesquisa teve algumas limitações, a saber:

a) no que diz respeito ao estudo dos Planos de Contas, para fins deste trabalho foi utilizado o Plano de Contas Informatizado dos Municípios mais próximos, devido as dificuldades ao acesso dos materiais, com isso, foram analisados somente dez Municípios dos vinte e dois Municípios da Grande Florianópolis;

b) por se tratar de um estudo de caso, os resultados desta pesquisa aplicaram-se somente a estes Municípios.

### **1.4 OBJETIVO GERAL**

O objetivo principal deste trabalho foi conhecer, analisar e comparar os atuais Planos de Contas Informatizados de alguns Municípios da Grande Florianópolis quanto às empresas

fornecedoras desses planos informatizados, assistência técnica, e verificar através de entrevista as vantagens e desvantagens desses planos.

#### **1.4.1 Objetivos específicos**

Como objetivos específicos tivemos:

- coletar exemplares dos Planos de Contas dos dez Municípios escolhidos aleatoriamente e que se disponham a fornecê-los.
- comparar os Planos de Contas, analisando suas diferenças;
- identificar as empresas fornecedoras dos Planos de Contas Informatizados para os Municípios da Grande Florianópolis;
- verificar a opinião dos profissionais da contabilidade acerca da assistência técnica dada a esses Municípios, com relação a eventuais mudanças no plano;
- identificar e analisar, como são atendidos os Municípios, em caso de demanda por um novo grupamento de contas;
- captar através de entrevistas, opiniões sobre as vantagens e desvantagens dos Planos de Contas informatizados, analisando também, o antes e o depois do contrato fechado com um provedor único.

Por ter sido um estudo de caso, com busca no ambiente externo à universidade, os resultados desta pesquisa aplicam-se somente a dez Municípios que foram selecionados aleatoriamente dentre os mais participativos deste estudo.

## 1.5 PROBLEMA

Para que este trabalho monográfico tivesse êxito foi necessário a compreensão e auxílio dos próprios Municípios, bem como dos contadores responsáveis por este assunto, que fizeram parte da realização dos objetivos deste trabalho.

Uma vez obtidos os exemplares foi estudado os Planos de Contas Informatizados dos principais Municípios da Grande Florianópolis, compilado os dados e comparados estes materiais.

### 1.5.1 Justificativa

Nos estudos sobre a contabilidade pública, até o momento muito pouco foi registrado sobre o uso da informática nos Planos de Contas.

Sendo assim, o tema abordado nesta pesquisa se mostrou relevante quanto às contribuições teóricas que poderá trazer. Mostrou ao leitor, uma noção de como funciona o Plano de Contas Informatizado, seus benefícios, provedor, viabilizando da melhor forma o assunto a todos os interessados.

## 1.6 METODOLOGIA APLICADA

Foram utilizadas as técnicas de documentação direta e indireta.

A indireta abrangeu a pesquisa bibliográfica e a pesquisa via Internet. Segundo Lakatos (1991:183), a pesquisa bibliográfica *"Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas."*

Segundo Inácio Filho (1994:39) *"...para a escolha de um tema ou assunto deve-se levar em conta a sua originalidade, importância e viabilidade. E o mesmo poderá surgir em diversas situações."*

O termo monografia, de acordo com Salvador (1980:32-33),

*“é designado a um tipo de trabalho científico especial, que aborda apenas um assunto, problema ou tema com extensão limitada. A monografia resulta de uma investigação feita através de uma documentação escrita ou por observação e experimentação, apresentando uma contribuição original ao progresso da ciência.”*

O trabalho foi feito de acordo com os acervos disponíveis na Biblioteca Central da UFSC, na Biblioteca da ESAG, nas Bibliotecas Públicas de Florianópolis, entre outras. As obras pesquisadas envolveram, além da literatura contábil, as que se mostraram pertinentes ao tema da pesquisa. Casualmente, o material reunido foi complementado com novos artigos e informações que contribuíram para com a melhoria do trabalho. Na seqüência, fez-se a seleção do material coletado, analisando aqueles diretamente ligados com o tema deste trabalho.

Além disso, para a execução deste trabalho foram necessárias visitas *in loco*, a fim de poder dialogar com os contadores responsáveis pela administração pública de maneira a conhecer e acompanhar todo o processo de organização das contas.

## 1.7 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo teve por objetivo apresentar o referencial teórico para orientar o estudo.

A referência bibliográfica *“(...) torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não ‘descoberta’ de idéias já expressas, a não inclusão de ‘lugares-comuns’ no trabalho”*(Lakatos, 1991: 225). Sendo assim, o conhecimento e a citação de conclusões de outros autores sobre o tema foram importantes para a elaboração do trabalho.

Nesta seção a revisão bibliográfica foi apresentada de forma a seguir uma ordem pré-estabelecida, que compreende: conceito de Patrimônio Público, importância dos Planos de Contas, Conceituação de contas e Planos de Contas, descrição dos três sistemas que compõe a contabilidade pública e, por fim, o estudo da organização das contas nas entidades públicas.

### 1.7.1 Conceito de Patrimônio Público

Na contabilidade geral, o conceito de patrimônio de uma pessoa jurídica ou de uma entidade, como sendo o conjunto de bens, direitos e obrigações e o patrimônio líquido. Na contabilidade pública o princípio é o mesmo. Numa prefeitura, para atender às necessidades dos Municípios, deve construir rede de esgoto e de água, pavimentar as vias públicas, criar e estabelecer normas para construções de casas e edifícios, manter a limpeza pública etc., seria os fins que o governo municipal deve alcançar.

Somente poderá realizar seus fins se estiver administrando um patrimônio, ou seja, se estiver movimentando dinheiro suficiente para sua ação administrativa e, conseqüentemente, reunindo bens e direitos que lhe sirvam de suporte para a concretização de programas e, por conseqüência, assumindo obrigações a pagar.

Reis (1979:132) *"é aquele representado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações, avaliado em moeda, vinculado à pessoa jurídica do Estado (no caso o Município), que dele poderá dispor para a consecução dos seus objetivos, após atendidas certas formalidades legais."*

Jacinto (1989:24) *"é o conjunto de bens, direitos e obrigações administrados por uma entidade pública para realização de seus fins."*

O patrimônio público diante do código civil é classificado em três categorias: uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

“Art. 66 - Os bens públicos são :

- I - Os de uso comum do povo, tais como os mares, os rios, estradas, ruas e praças;
- II - Os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual, ou municipal;
- III - Os dominicais, isto é os que constituem o patrimônio da União, dos Estados e/ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real de cada uma dessas entidades.”

Os bens de uso comum do povo não são demonstrado no Balanço Patrimonial porque não se destinam ao uso da administração pública. O mesmo não ocorre com os outras duas categorias citadas.

### 1.7.2 Importância dos Planos de Contas

A contabilidade tem o objetivo de apresentar a situação patrimonial da empresa por meio de demonstrações financeiras. Mas para isso é necessário o registro das operações que ocorrem. E um registro organizado é feito através do Plano de Contas, que é uma relação completa das contas julgadas necessárias à revelação dos elementos patrimoniais.

Angélico (1994: 217), diz que: *"Nenhuma entidade, pública ou privada, poderá gabar-se de possuir um bom serviço de contabilidade se não dispuser de um Plano de Contas próprio. É a peça de maior importância dentro da organização contábil. Sem ele não se pode nem mesmo dar início aos registros contábeis."*

### 1.7.3 Conceituação de Conta e Plano de Contas

A contabilidade serve-se das contas para os registros, os controles e as análises de fatos administrativos ocorridos na Administração Pública e a escrituração contábil das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas, criado pelo frei Luca Pacioli, em 1494, baseado no princípio de que haja pelo menos uma conta devedora em contrapartida com uma ou mais contas credoras ou o inverso.

Para Sá (1988:11), o conceito de conta é muito importante para o entendimento do que seja um Plano de Contas e para que se possa bem conhecer a sua técnica, ou forma de elaboração: Conceito de conta: *"expressão de fatos patrimoniais da mesma natureza acontecidos ou por acontecer em uma empresa ou em uma entidade."*

*Tal Conceito é, portanto, o instrumento que se adota para guardar memória, reunindo acontecimentos patrimoniais, de natureza idêntica, possuindo, por esta razão, um objeto certo."*

O ilustre autor italiano, Masi (1942:359), assim a define:

*"Conta é um conjunto de levantamentos, refletindo um elemento ou componente formado ou em formação, efetivo ou potencial, de um patrimônio aziedal ou de terceiros, do qual exprime, geralmente, a variável grandeza em uma dada medida, quase sempre monetária."*

Conforme o autor citado, a conta registra em valores monetários a realização passada, presente ou futura de fatos contábeis da mesma natureza.

Por outro lado, os autores brasileiros também abordam o tema, agora sobre o Plano de Contas. Nesse sentido, Sá (1998: 15) assim se manifesta:

*"o Plano de Contas é uma peça da técnica contábil que estabelece previamente a conduta a ser adotada na escrituração, através da exposição das contas em seus títulos, funções, funcionamento, grupamentos, análises, derivações, dilatações e reduções. É um conjunto de normas e intitulação de contas, previamente estabelecido, destinado a orientar os trabalhos da escrituração contábil."*

A definição de Sá apresenta o Plano de Contas como um instrumento finalizado a orientar trabalhos da escrituração contábil, possibilitando identificar elementos que relacionam fatos e valores.

Para Angélico(1995: 217) o assunto assim se apresenta:

*"consiste o Plano de Contas em uma estruturação ordenada e sistematizada das contas utilizáveis numa entidade. A elaboração de um plano contábil obedece aos princípios de contabilidade geralmente aceitos e às normas legais aplicáveis em cada caso concreto. O plano conterà as diretrizes técnicas gerais e especiais que orientam a feitura dos registros dos fatos ocorridos e dos atos praticados na entidade.*

*Deve ser uma peça flexível, permitindo que se introduzam ou que se eliminem contas durante o exercício sem prejuízo da sua estrutura básica. Cada entidade tem seu próprio Plano de Contas elaborado especialmente em harmonia com sua estrutura organizacional.*

*Um Plano de Contas compõe-se, fundamentalmente, das seguintes partes:*

*a) relação das contas agrupadas segundo suas funções;*



- b) *descrição da função de cada conta, mostrando claramente o que ela representa;*
- c) *descrição minuciosa do funcionamento das contas, indicando quando são debitadas ou creditadas, se o relacionamento com outras contas, a natureza do seu saldo e tudo mais que for julgado de utilidade para uso de cada conta;*
- d) *fluxogramas gerais mostrando as operações básicas e as contas que deverão ser utilizadas em cada registro;*
- e) *fluxogramas especiais mostrando as operações mais complexas, de funcionamento mais delicado, indicando os procedimentos e os lançamentos específicos para cada caso;*
- f) *instruções gerais e particulares sobre a elaboração dos relatórios mensais, demonstrativos, análises, balanços gerais, peças acessórios, encerramento das contas, providências gerais etc.”*

Ambos os autores, citam o Plano de Contas como sendo uma exposição de contas que orientam o trabalho dos profissionais da contabilidade. Obedecendo normas técnicas para sua elaboração, princípios contábeis, onde cada entidade tem seu próprio. É uma peça flexível, permitindo mudanças de acordo com a situação em vigor.

#### **1.7.4 Três Sistemas que Compõe o Plano de Contas na Contabilidade Pública**

Na Contabilidade Governamental o Plano de Contas objetiva a revelação ordenada dos seguintes fatos:

- *estágios de receita e despesa;*
- *entradas e saídas financeiras;*
- *fatos contingentes e aleatórios que afetam o patrimônio;*
- *registro de fatos e operações que não produzem alterações patrimoniais.* Silva

(1996:231)

Visando ao registro de fatos de natureza peculiar, para atender à padronização imposta pela Lei 4.320/64, há três sistemas básicos:

Segundo Jacintho(1989:73):

*"Sistema Orçamentário- Destina-se ao registro de fatos de natureza orçamentária, envolvendo: a receita e a despesa orçamentária*

*previstas; as alterações de receitas e despesas orçamentárias; a execução orçamentária propriamente dita, com realização de receitas, empenho de despesas etc.*

*Sistema Financeiro- Destina-se ao registro de fatos de natureza financeira, envolvendo: a arrecadação das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias; o pagamento das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias; o ativo financeiro e o passivo financeiro etc.*

*Sistema Patrimonial- Destina-se ao registro de fatos de natureza patrimonial, incluindo as Contas de Compensação ou desmembrando as Contas de Compensação em sistema próprio, envolvendo: o controle contábil de bens móveis e imóveis; almoxarifado; incorporações e baixas de bens; o ativo permanente e o passivo permanente com bens, créditos e obrigações; os direitos e obrigações da entidade em relação a terceiros etc."*

Mesmo possuindo três sistemas independentes, como se fossem três entidades independentes, o registro se faz no mesmo livro diário. Conforme citação do autor Silva (1996: 232) *"Esta distribuição nos três sistemas é rígida e permite a qualquer momento o levantamento de balancetes de verificação inteiramente independentes dos sistema financeiro, patrimonial e orçamentário. É como se fossem três entidades distintas, muito embora os seus registros se processem num mesmo livro diário."*

Porém, existe mais um sistema chamado sistema de compensação que é absorvido pelo sistema patrimonial. Isso devido o registro de contas representativas de direitos e obrigações, originadas dos contratos, convênios ou ajustes.

Segundo o autor Kohama (1996:52):

*"sistema de compensação registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações, geralmente decorrentes de contratos, convênios ou ajustes. Muito embora seja um sistema escriturado com elaboração de balancetes mensais, independentes, a Lei Federal nº 4.320/64 o considerou, simplesmente, como contas de compensação e , quando forem elaborados os balanços, no final do exercício, os saldos de suas contas serão incluídos no balanço do sistema patrimonial."*

### 1.7.5 Organização de Contas

Um Plano de Contas bem organizado deve ter a seguinte estrutura:

- elenco das contas;
- função das contas;
- funcionamento das contas.

O elenco das contas constitui a relação orgânica das contas componentes do plano.

A função das contas é a explicação do que a conta restrita, ou seja, para que ela serve e qual o papel que desempenha na escrituração.

O funcionamento das contas constitui a descrição das hipóteses em que a conta é debitada ou creditada.

O Plano de Contas é, pois, um guia, um estudo prévio dos fatos administrativos que deverão ser registrados, e constitui um documento no qual são estabelecidas as regras básicas para o registro sistemático desses mesmos fatos.

Segundo Angélico (1994:219), as contas seguem uma ordem numérica identificando-as, facilitando assim a compreensão e localização das mesmas, conforme abaixo transcrito:

*"o primeiro número, formado por um só algarismo, representa o sistema; assim: 1-Sistema Orçamentário; 2- Sistema Financeiro; 3- Sistema Patrimonial e 4- Sistema de Compensação. O segundo número, composto de dois algarismos, separado do primeiro número por um espaço ou ponto, identifica grupos de contas. O terceiro número, composto também por dois algarismos, separado do segundo número por um espaço ou ponto, representa uma conta de primeiro grau. Daí por diante cada desdobramento de conta será codificado por mais um número composto de dois algarismos, separado do número anterior por um espaço ou por um ponto."*

## 1.8 TERMINOLOGIA CONTÁBIL

### 1.8.1 A necessidade de conhecer

O principal objetivo da contabilidade pública é de oferecer colaboração eficiente e constante a administração e fiscalização pública, no exercício de suas funções. Por isso a

contabilidade deve apresentar-se de forma bastante simples. Para isso é preciso conhecer, ainda que superficialmente, a terminologia contábil, a fim de estar mais bem preparado para estabelecer contatos eficientes com os demais membros da organização pública.

Segundo CRUZ (1989: 17) “ Orçamento Público é um meio de prever as intenções da programação econômica e financeira que o Poder Executivo deseja adotar no exercício financeiro seguinte. Para que possa ser legítimo deve ser submetido à concordância do poder legislativo que representa, idealmente, o interesse da população.”

O Governo tem como responsabilidade fundamental o melhor nível dinâmico de bem-estar à coletividade. Para tanto, utiliza-se de técnicas de planejamento, onde são esboçadas as ações a serem desenvolvidas.

A receita pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores. Que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que devem direitos a favor do Estado.

Classifica-se em dois grupos:

- a) Receita Orçamentária; e
- b) Receita Extra-orçamentária

### **Receita Orçamentária**

A Receita Orçamentária é aquela que, devidamente discriminada, na forma do Anexo nº 3 da Lei nº 4.320/64, integra o orçamento público. A arrecadação das receitas deste grupo depende de autorização legislativa que é a própria Lei Orçamentária. Realizam-se estas receitas pela execução do orçamento.

A receita orçamentária é classificada em categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. Cada categoria desdobra-se em fontes de receitas e estas em subfontes. Por final, os desdobramentos mais analíticos das subfontes denominam-se rubrica e sub-rubrica.

Terminologia dos desdobramentos	Exemplo de nomenclatura dos desdobramentos
Categoria econômica.....	RECEITAS CORRENTES
Fonte .....	RECEITA TRIBUTÁRIA
Subfonte.....	IMPOSTOS
Rubrica .....	Imposto s/ a produção e a circulação
Sub-rubrica .....	Imposto s/ Produtos Industrializados

As receitas correntes são as receitas tributária, patrimonial, industrial, transferências correntes e receitas diversas.

As receitas de capital correspondem às operações de crédito, às alienações de bens, às amortizações de empréstimos concedidos, às transferências de capital e outras receitas de capital.

### **Receita Extra-orçamentária**

É aquela que não integra o orçamento público. É classificada em contas financeiras adequadas, existentes no Plano de Contas da entidade. Exemplo: cauções, fianças, depósitos para garantia de instância, consignações em folha de pagamento a favor de terceiros, retenções na fonte, salários não reclamados, operações de crédito a curto prazo e outras assemelhadas.

A arrecadação das receitas extra-orçamentárias não depende de autorização legislativa. Sua realização não se vincula à execução do orçamento, nem constitui renda do Estado, que é apenas depositário desses valores. É verdade que o dinheiro recebido, a título de receita extra-orçamentária, soma-se às disponibilidades financeiras mas, em contrapartida, constitui um passivo exigível e, como tal, será restituído quando, de direito, for reclamado.

Segundo Angélico (1995:62), a despesa pública é todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores. Classifica-se a despesa pública em dois grupos: despesas orçamentária e despesa extra-orçamentária.

### **Despesas Orçamentária**

As despesas orçamentárias classificam-se pelas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital; as primeiras subdividem-se em despesas de custeio e

transferências correntes; as do segundo grupo em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

A despesa orçamentária é classificada em categorias econômicas estruturadas em dois graus:

Despesas Correntes

- Despesas de Custeio
- Transferências Correntes

Despesas de Capital

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Transferências de Capital

As categorias econômicas de segundo grau dividem-se em elementos e estes em subelementos.

Terminologia dos desdobramentos	Exemplo de nomenclatura dos desdobramentos
---------------------------------	--

Categoria econômica .....	DESPESAS CORRENTES
	DESPESAS DE CUSTEIO
Elemento .....	Pessoal
Subelemento.....	Pessoal civil
Rubrica .....	Vencimentos e Vantagens Fixas

### **Despesas Extra-orçamentária**

São os pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aqueles que não estão vinculados ao orçamento público; não integram o orçamento. Correspondem à restituição ou à entrega de valores arrecadados sob o título de receita extra-orçamentária.

São exemplos de despesas extra-orçamentárias: devoluções de cauções, fianças, salários e vencimentos não reclamados, pagamentos de restos a pagar, restituições a pagar e consignações em folha de pagamento.

## **2. IDENTIFICAÇÃO DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS**

A empresa Betha foi contratada pelas Prefeituras da Grande Florianópolis para prestação de serviços de informática com a implantação do seu sistema de contabilidade pública.

A implantação iniciou em 1.991 conforme registros na Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, e finalizou com a Prefeitura Municipal de Florianópolis em janeiro de 1.999.

Os Municípios da Grande Florianópolis são vinte e dois, conforme relacionados abaixo:

1. Águas Mornas
2. Alfredo Wagner
3. Angelina
4. Anitápolis
5. Antônio Carlos
6. Biguaçu
7. Canelinha
8. Florianópolis
9. Garopaba
10. Governador Celso Ramos
11. Leoberto Leal
12. Major Gercino
13. Nova Trento
14. Palhoça
15. Paulo Lopes
16. Rancho Queimado



17. Santo Amaro da Imperatriz
18. São Bonifácio
19. São João Batista
20. São José
21. São Pedro de Alcântara
22. Tijucas

Para estudo do assunto em questão foram visitados somente dez Municípios escolhidos aleatoriamente, porém auxiliaram também à escolha, a disponibilidade da Prefeitura em fornecer o material e proximidade de alguns Municípios. Seus sistemas foram implantados em ambiente DOS e/ou WINDOWS, são eles:

1. Águas Mornas - DOS
2. Antônio Carlos - DOS
3. Biguaçu - DOS
4. Florianópolis - WINDOWS
5. Garopaba - WINDOWS
6. Palhoça - DOS
7. Paulo Lopes - DOS
8. Santo Amaro da Imperatriz - DOS
9. São José –DOS e está implantando WINDOWS (estado experimental)
10. São Pedro de Alcântara -DOS

Foi verificado que a maioria dos sistemas são em ambiente DOS, isso se deu pelo fato desses Municípios terem recebido o computador juntamente com o sistema Betha. O que não ocorreu com o Município de Florianópolis que além do computador, tinha como provedor anterior a IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL SISTEMAS LTDA.

## **2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA FORNECEDORA DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS PARA A GRANDE FLORIANÓPOLIS**

A Betha foi fundada em 1986, com o objetivo de oferecer programas para computadores das áreas pública e privada.

Estruturada para oferecer softwares e serviços, tem oferecido também, orientação ao cliente, capacitação a seus profissionais, inovação tecnológica e gerencial, integração no mercado e lucratividade.

Localizada em Criciúma-SC, a sede tem 4.000 m<sup>2</sup>. Sua capacidade de instalação e treinamento é de 130 sistemas/mês, possuindo para isso, uma frota de veículos distribuídos entre a matriz e filiais.

## **2.2 SERVIÇOS OFERECIDOS**

O SETOR DE DESENVOLVIMENTO utiliza as mais atuais linguagens e ferramentas de trabalho do mercado internacional. Com isso, os sistemas tornam-se inovadores na interface gráfica e de fácil operação. Programadores na linguagem C++ para DOS e WINDOWS, admitem o uso do mouse, abertura simultâneas de janelas, gerador de relatórios, ajuda sensitiva ao contexto, entre cliente, suporte e desenvolvimento, aproxima cada vez mais o produto à necessidade do usuário. A Betha, tem uma equipe de analistas responsáveis pela criação e acompanhamento dos sistemas inseridos no mercado.

O SETOR DE SUPORTE é responsável pela garantia, acompanhamento, implantação e manutenção dos produtos Betha. O treinamento é realizado nas dependências do cliente, para evitar o transporte de materiais sigilosos, proporcionando maior conforto. O suporte telefônico é de alta qualidade, utilizando os meios mais modernos de diagnósticos para tornar sua área de serviço mais eficiente e lucrativa. Solidamente amparado em uma poderosa base de dados com um laboratório para replicação de problemas, os profissionais podem responder desde uma pequena dúvida até transferência de programas, rotinas e massas de dados inteiras.

Conta com um SETOR GRÁFICO que fornece documentação completa em linguagem didática com andamentos passo a passo, assegurando a integração entre usuário e sistema. Para isso são auxiliados por software de última geração, uma duplicadora digital com capacidade de 130 cópias/minuto e todo equipamento necessário para redação e montagem de prospectos, informativos formulários interno.

O SETOR COMERCIAL, desenvolve as relações de vendas dos sistemas com as áreas pública e privada, realizando o contato do cliente com o produto e fazendo a integração da marca no mercado. A empresa conta hoje com filial em Porto Alegre e São Paulo. As filiais são destinadas a atuarem em regiões que não se conseguia prestar através da matriz o atendimento da Betha, sendo assim, as filiais possuem autonomia comercial e uma de suporte.

### **SISTEMAS PARA PREFEITURAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS**

Sistema de Administração Pública e Orçamentária (S.A.P.O), Folha de Pagamento e Controle Administrativos e de Pessoal (F.O.C.A), Faturamento de Água e Esgoto, Legislação Municipal, Patrimônio Público, Controle de Frotas, Compras e Licitações, Sistema de Tributação e Controle de Protocolo.

#### **S.A.P.O. Sistema de Administração Pública e Orçamentária**

O sistema efetua toda movimentação contábil de um órgão público, e segue todas as normas impressas na Lei 4.320/64. Composto por 14 módulos distintos e integrados, o SAPO torna o trabalho mais prático e eficaz. Controla os lançamentos, organiza as despesas e receitas, cadastro de empenhos e ordens de pagamento. Emite relatórios de todos os cadastros e movimentações e todos os anexos existentes. Permite trabalhar em três períodos contábeis diferentes, fazendo posteriormente acerto automático dos saldos de contas. Emite documentos oficiais do Banco Central para órgãos com dívida fundada. Faz prestação de contas. Gera arquivos para o Tribunal de Contas e emite os boletins oficiais da tesouraria. Possibilita montar a proposta orçamentária automaticamente partindo daquela que está em vigor. Encerramento do exercício automático fazendo a apuração do resultado.

#### **F.O.C.A. (Folha de Pagamento e Controles Administrativos e de pessoal)**

A Folha de Pagamento foi desenvolvido na linguagem C++ e trabalha em ambiente Windows, fazendo com que o processamento dos dados tenha maior rapidez e confiabilidade. O usuário conta com o auxílio das telas em 3 dimensões para ter em seu vídeo um interface amigável e de fácil operação. O FOCA calcula através de fórmulas definidas pelo usuário, faz encerramento do ano e acumula dados mensais automaticamente. Não é necessário reprocessar a folha mensalmente, o resumo de movimentação é feito com a configuração dos eventos pelo usuário e gera variáveis automaticamente para funcionários em afastamento. Os

eventos referentes a previdência foram separados em INSS, Previdência Estadual e Municipal. Tem como principais relatórios: Guia da Previdência, IRRF, RAIS, DIRF, Cédula-C, CAGED e FGTS, em formulário e disquete.

### **Faturamento de Água e Esgoto**

O sistema é destinado aos órgãos públicos com objetivo de auxiliar na administração do faturamento das taxas de água e esgoto do Município. Com opções para DOS e WINDOWS e operação em rede, interface gráfica com coletor de dados e suporte a mouse, torna-se um sistema fácil de ser operado. Banco de dados com proteção contra queda de energia e recuperação automática. Consultas por ordem de nome do consumidor com possibilidade de transferência de códigos. Permite cadastro completo de consumidores e emite faturas, ordens de cortes, faturas de meses passados e uma série de relatórios estatísticos indispensáveis à administração. Integração opcional com a contabilidade.

### **Legislação Municipal**

O software de Legislação Municipal foi projetado para auxiliar à administração do legislativo das entidades municipais, permitindo controlar, elaborar e reproduzir toda documentação legal das atividades desenvolvidas nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores. Através de uma base de dados, propicia a utilização integral das informações. Controla a etapa em que se encontra o processo legislativo, associando a cada modalidade de um texto explicativo. Possui um conjunto de dados para escolha do editor de textos que será usado na criação e manutenção de textos legais. É um sistema simples, fácil e não necessita de pessoal especializado para sua operação.

### **Patrimônio Público**

Administra os bens patrimoniais do Município ou instituição. Permite a manutenção do cadastro de bens, vinculando-os às unidades administrativas, baixas e transferências automáticas. Cadastro de contas, centro de custos e unidades administrativas, com máscara do código configurável pelo usuário. Estorno da baixa sem vínculo ao período contábil. Processo de reavaliação de bens e conversão da moeda. Acesso aos arquivos para consulta de registros

e saldo de contas num intervalo de datas, em vídeo. Importa arquivos no formato de texto. Operação em rede com liberação de uma empresa para cada estação.

### **Controle de Frotas**

Controla todos os tipos de despesas referente a frota de veículos, adiantamentos de viagens, estoque de materiais e a quantidade de material disponível de cada licitação. Consulta rápida dos movimentos no vídeo e calculadora ativa durante as operações. Permite acompanhamento detalhado através dos relatórios de lançamentos, adiantamentos, entrada de materiais e retorno de viagens. Calcula o consumo médio. Trata-se de um sistema simples e que não exige pessoal especializado para sua operação.

### **Compras e Licitações**

Este programa destina-se ao acompanhamento de todos os processos licitatórios, na aquisição de materiais ou execução de serviços dentro do órgão público. Com a emissão dos documentos oficiais e relatórios gerenciais, o usuário terá o controle absoluto sobre tudo que envolve o departamento de compras, como: últimas aquisições, situação dos fornecedores, evolução dos preços, documentação, etc. Pelo sistema Compras e Licitações, o usuário indicará em que posição do texto deverão ser impressos os itens, o objeto licitado e as dotações que serão utilizadas. Faz automática a atualização dos itens vencedores e gera arquivos necessários para inclusão no sistema de textos dos editais. Emite ATA do processo licitatório importando um texto digitado em outro editor ou assumindo o texto fixo do sistema. Parametrização do programa feita pelo usuário, com cadastramento de tabelas conforme sua necessidade.

### **Sistemas de Tributação**

Fazem um gerenciamento completo na área de tributação municipal, desde a parte de imposto imobiliário e atividade exercida até cobrança de taxas, permitindo a integração de informações com a área contábil.

Os softwares para tributação são compostos pelos módulos de IPTU, ISS, Alvará, Contribuição de Melhorias e Dívidas Ativa, todos integrados. Executam todos os cálculos necessários de acordo com os parâmetros definidos pela prefeitura, além de emitir

documentos diversos, como: carnês, notificações de débitos e certidões. Os sistemas oferecem diversas facilidades operacionais, incluindo relatórios gerenciais para análise de resultados de cobranças e acompanhamento de fiscalização. Permite calcular ou recalcular os impostos, taxas, correções, juros e multas para verificação com o cálculo do banco.

### **Controle de Protocolo**

Destinado ao controle administrativo dos documentos (processo) que tramitam pelas secretarias e setores das prefeituras. Através do sistema o usuário fica sabendo em poucos segundos toda a situação de um determinado processo, dando maior agilidade na prestação de serviços à comunidade. Na entrada de um processo no balcão de protocolo, os dados são digitados e armazenados pelo sistema. Um conjunto sofisticado de relatórios em vídeo e impressora, permite acompanhamento e controle gerencial, inclusive gerando lista de pendências por intervalo de data e órgão administrativo. Banco de dados de alta disponibilidade permitindo ser operado no modo multiusuário.

#### **2.2.1 S.A.P.O . Um Estudo Mais Profundo Sobre O Sistema**

O sistema de Administração Pública e Orçamentária (S.A.P.O.) é extremamente prático e busca através da simplificação dos procedimentos, a solução para a contabilidade, o orçamento e a gestão financeira municipal. Segue todas as normas expressas na Lei 4.320/64. Permite trabalhar em três períodos contábeis diferentes, fazendo posteriormente acerto automático dos saldos de contas. Emite documentos oficiais do Banco Central para órgão com dívida fundada. Faz a prestação de contas. Está dividido em 14 módulos distintos e integrados, como segue:

#### **Financeiro**

Controle e manutenção dos lançamentos contábeis, emissão do Razão, Diário, Balancete, Plano de Contas.

## **Orçamentário**

Responsável pela organização das despesas e receitas, emitindo relatórios da situação real dos saldos das dotações e arrecadações da receita, permitindo também aplicação de índice de correção mensal nestes saldos.

## **Empenhos e Pagamentos**

Cadastra empenhos e ordem de pagamento, emitindo notas e controlando despesas a pagar e liquidadas, empenhos por credor, restos a pagar, etc. Gera todos os lançamentos contábeis automaticamente.

## **Programas Auxiliares**

Contém cadastros e realiza a emissão de relatórios de apoio, como: cadastro de credores, unidades orçamentárias, classificação das despesas e receitas, controle do excesso de arrecadação, gastos com educação e pessoal, etc.

## **Emissão de anexos**

Está dividido em três opções: Anexos mensais e trimestrais, anexos da Lei 4.320/64 e anexos do Tesouro Nacional. Todos exigidos pelos Tribunais de Contas, como: demonstrativos e comparativos das despesas e da receita, recursos recebidos e aplicados, balancetes, razões, etc.

## **Processos e Licitações**

Permite o cadastramento de processos e compras e também a emissão dos documentos oficiais como: Carta convite, declaração de publicação, parecer da comissão julgadora, homologação, quadro comparativo de preço, etc. Gera as informações para o TCE automaticamente.

## **Arquivos para o TCE**

Os Planos de Contas de todos os Municípios da Grande Florianópolis possuem o mesmo provedor, e suas contas possuem códigos diferentes dos códigos do Plano de Contas do Tribunal de Contas. Devido a essa diferença, as Prefeituras têm-se adaptado aos códigos do

Tribunal de Contas (anexo 2). Isso ocorre mensalmente na entrega de relatórios em disquete. Porém, a tarefa de alteração desses códigos não é árdua, graças ao sistema Betha que faz a alteração automaticamente na emissão dos relatórios.

O sistema Betha gera os arquivos exigidos pelo Tribunal de Contas de cada estado que tenham sistemas informatizados de auditoria das contas públicas. Isso devido a ACP – Auditoria das Contas Públicas feita pelo Tribunal de Contas do Estado conforme a lei 4.320/64, art. 84. “Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade”.

### **Relatório da Tesouraria - SAMAE**

Emissão dos boletins oficiais da tesouraria como: Boletim diário do caixa e da receita, boletim da movimentação bancária e geral. Emissão dos relatórios oficiais do SAMAE, ou seja, relatório de processamento, demonstrativo da execução da despesa, demonstrativo das contas a receber.

### **Proposta Orçamentária**

O sistema permite montar a proposta automaticamente partindo daquela que está em vigor, sendo possível também o cadastramento de uma nova proposta, admitindo a aplicação de índice de correção nas despesas e receitas, antes da transferência para início do novo exercício. Emite todos os relatórios e anexos obrigatórios para montagem da proposta.

### **Encerramento de Exercício**

Composto por oito fases, que realizam, que realizam o encerramento automático, fazendo a apuração do resultado no exercício (superávit ou déficit).

### **Prepara novo Exercício**

Admite o início da contabilização de novo exercício, mesmo que o anterior não esteja encerrado, transfere a proposta orçamentária da despesa e receita, permitindo fazer empenhos no primeiro dia útil do novo exercício.



### **Sistemas integrados**

Integra os sistemas, isto é, gera empenho ordens de pagamento, despesas extra-orçamentárias e pagamentos antecipados automaticamente, partindo do cálculo da folha de pagamento, gerando arrecadações dos sistemas de IPTU, ISS, Alvará, Dívida Ativa e Contribuição de Melhorias. Lançamentos referentes a aquisição e baixa de bens patrimoniais a partir do sistema de patrimônio.

### **Gerencial: Administrativo e Financeiro**

Exclusivo para prefeitos, secretários e administradores, onde permite consultas rápidas às informações que se fazem necessárias no dia-a-dia.

## **2.3 RESULTADO DA COMPARAÇÃO DOS PLANOS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO**

Comparando os Planos de Contas dos Municípios em estudo, podemos perceber poucas diferenças devido o provedor desses planos ser um só, a Betha Sistemas. Ainda apresentaremos a seguir diferenças que ao longo do trabalho foram percebidos:

- os códigos das contas diferem só quando muda do ambiente DOS para WINDOWS;
- as contas particulares a cada Prefeitura como por exemplo, a conta banco, que não são igual entre elas.

Um outro trabalho monográfico aqui mesmo do curso de graduação de ciências contábeis vem sendo desenvolvido pelo acadêmico Moisés de Oliveira Barbosa, se envolve mais diretamente em analisar e interpretar os aspectos comparativos aqui abordados.

### **3. PESQUISA DE CAMPO SOBRE PLANO DE CONTAS INFORMATIZADO**

O terceiro capítulo consistiu na colocação dos resultados obtidos através da pesquisa prática sobre a procedência dos sistemas de contabilidade para as Prefeituras da Grande Florianópolis, bem como sua assistência, dependência e opinião dos profissionais de contabilidade quanto a esse sistema.

#### **3.1 PESQUISA PRÁTICA**

Para que o objetivo deste trabalho fosse alcançado, no que se propôs a pesquisar, isto é, conhecer, analisar e comparar os atuais Planos de Contas Informatizados dos dez Municípios da Grande Florianópolis quanto às empresas fornecedoras desses planos informatizados, assistência técnica, e verificar através de entrevista as vantagens e desvantagens desses planos, foi elaborado um questionário padrão para obtenção dos dados que interessam à investigação, conforme anexo 3. Foram realizadas dez entrevistas com os contadores dos dez Municípios da Grande Florianópolis em estudo.

Para alcançar resultados mais precisos sobre as perguntas na pesquisa, foi necessário além das respostas do questionário, uma conversa descontraída, informal, principalmente pelo o fato dos entrevistados acharem que se tratava de auditoria disfarçada.

A desconfiança inicial foi superada quando ao solicitar amostra dos Planos de Contas Informatizados pediu-se que os mesmos fossem feitos sem valor numérico. Também colaborou na melhoria da disponibilização das informações o fato de termos obtidos carta de recomendação dos secretários municipais.

Os dez Municípios entrevistados cooperaram respondendo ao questionário e fornecendo relatórios dos Planos de Contas Informatizados e confirmou-se que todos tem o mesmo provedor de sistema contábil.

Também foi feito uma entrevista informal , menos estruturada por telefone e correio com a empresa fornecedora do sistema BETHA, a Betha Sistemas Ltda, com o objetivo de saber quando iniciou o trabalho com os Municípios da grande Florianópolis, e também orientações de como funciona este trabalho.

Conforme anexo 4, a Betha Sistemas Ltda iniciou a implantação do sistema em 1995 em vários Municípios e aos poucos foi aumentando seu campo de atuação até chegar em toda a região da Grande Florianópolis, terminou este trabalho recentemente na capital, no início do ano de 1999. A padronização dos planos de contas facilitou as exigências do Tribunal de Contas do Estado, bem como a auditoria feito pelo mesmo.

Conforme os objetivos, apresentaremos a seguir uma breve conclusão das perguntas mais interessantes a este trabalho.

Na pergunta: “Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica?” a resposta da maioria dos entrevistados foi de que não é necessário ajuda da assistência da Betha Sistemas, devido o tempo de uso oferecer-lhes muita experiência e autonomia. Exceto a Prefeitura de Florianópolis e São José, que iniciou a pouco tempo o uso do sistema no ambiente windows que apresenta algumas falhas técnicas.

Outra pergunta que merece destaque é: “Na sua opinião, como essa empresa tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.” A maioria dos entrevistados também responderam que se houver mudanças na lei que alterem o Plano de Contas, a empresa Betha Sistema se encarrega de fornecer um disquete com atualização ou via Internet, em outros casos os contadores são os próprios responsáveis por essas alterações devido a clareza para o manuseio do sistema.

Para a pergunta: “Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas Informatizado comparado com o utilizado antes?” A maioria foi unânime em dizer que o Plano de Contas Informatizado trouxe de vantagens a agilidade, comodidade, fácil adaptações as alterações, relatórios com precisão, mais tempo para outras tarefas, atende as necessidades dos Municípios que estão sempre se desenvolvendo em todos os sentidos, principalmente no aumento de tarefas para a contabilidade, e por fim a redução do tamanho dos equipamentos e assessórios.

As desvantagens vistas são a ausência do conceito, tipo, caracterização e utilização das contas, a perda da prática dos lançamentos, mesmo com a vantagem da exatidão dos lançamentos, e uma desvantagem vista pela Prefeitura de Florianópolis e São José é a mudança de um sistema para o outro, ou melhor, a desvantagem de ter que aprender tudo de outro jeito e ter que ficar atento aos erros do novo programa, que infelizmente existe.

Nã verdade, a Betha Sistemas irá implantar, dependendo da aceitação dos que estão recebendo-o antes, o sistema no ambiente Windows. A Prefeitura de Garopaba que possui ambiente Windows não comentou nenhum problema do sistema em si.

Outra pergunta: “Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas Informatizado padrão para todas as Prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.” como as outras respostas, esta também foi quase que unânime. Concluíram que o Plano de Contas já está unificado, devido ter o mesmo provedor para todos os Municípios do Estado. Porém ao prestarem relatórios ao Tribunal de Contas do Estado, os códigos das contas dos Municípios diferem das do tribunal. A codificação precisa ser alterada de acordo com ACP - Auditoria de Contas Públicas, porém o sistema Betha altera automaticamente. Para a maioria não vêem nem benefício e nem prejuízo, porém com um pouco de insistência na pergunta, a maioria declarou os seguintes benefícios: o diálogo padrão entre as esferas de governo, facilidade da auditoria.

Além dos objetivos serem alcançados também foi analisado que nem todos os entrevistados possuem curso superior de contabilidade, mas curso técnico de contabilidade.

### **Resultados da pesquisa**

A pesquisa elaborada junto aos profissionais da contabilidade responsáveis por alguns Municípios da Grande Florianópolis foi de grande valia.

Quando se está aprendendo a teoria na universidade sem ter conhecimento prático dos fatos reais que acontecem no dia a dia nas entidades públicas e privadas, é difícil

identificar como são na prática. Como funciona a contabilidade de um órgão público, que é nosso objeto de estudo, é fácil descrever pois os livros já possuem esta descrição.

Com esta pesquisa observou-se que as Prefeituras estão mudando seus métodos e meios de desenvolver seus trabalhos. Tem buscado recursos fora de seus meios de atuação para acompanhar o desenvolvimento social.

O uso de um mesmo provedor na região da Grande Florianópolis, tem auxiliado na integração entre os Municípios, principalmente os Municípios vizinhos, e auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

## COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, pôde-se perceber que a informatização da escrituração contábil já alcançou todas as Prefeituras da Grande Florianópolis. Contudo, as mudanças tecnológicas, aos poucos chegaram e vem auxiliando o desenvolvimento destas.

Essas mudanças não ocorreram de uma só vez devido a falta de recursos necessários a essa implantação. E a padronização dos programas de planos de contas ainda está para ser implantado. Porém, o uso do Plano de Contas Informatizado já está em vigor, sendo que neles só diferem no que diz respeito aos códigos contábeis do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O sistema Betha usado por todas as Prefeituras da Grande Florianópolis tem sido benéfico e bem aceito pela maioria. Segundo a Prefeitura de Florianópolis e São José, o ambiente WINDOWS, ainda possui falhas no programa. Tal problema desestimula a utilização por outras Prefeituras que estão utilizando o ambiente DOS com sucesso.

Foram entrevistados todos os contadores das dez prefeituras em questão através de perguntas objetivas e subjetivas, obtendo-se a resposta de todos, possibilitando assim, cumprir um dos objetivos do trabalho.

Os contadores e os técnicos contábeis responsáveis pela contabilidade das Prefeituras valorizaram o sistema, devido o bom rendimento dos seus trabalhos, rapidez na retirada de relatórios e da praticidade na utilização do sistema. Pondo fim no método manuscrito, obsoleto, demorado e cansativo.

Uma descoberta que mais chamou a atenção nesta pesquisa foi a união de alguns contadores com relação a possíveis dúvidas, onde a busca das respostas são encontradas entre eles. Isso se dá ao fato das Prefeituras utilizarem o mesmo sistema e pela dificuldade de comunicação com o provedor.

Para coleta do material apresentado neste trabalho, foi necessário enfrentar vários obstáculos, entre eles a burocracia, a falta de disponibilidade de tempo dos contadores e principalmente a boa vontade de alguns.

Também foi percebido que pessoas que não são da área contábil utilizam o sistema como meros digitadores sem qualquer noção do que estão digitando. Tornando desnecessário a mão-de-obra qualificada, abaixando assim, o custo da folha de pagamento deste setor.

Foi visto que ao comparar os Planos de Contas informatizados das Prefeituras, quase não há variação, por ter um único provedor, que tem satisfeito e assistido as mesmas.

A unificação a nível federal dos planos de contas informatizado para o ano de 2.004, não é do conhecimento de nenhum dos entrevistados.

Os objetivos deste trabalho foram alcançados, pois foram coletados os planos de contas informatizados fazendo um registro neste trabalho da situação atual das Prefeituras da Grande Florianópolis.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL, **Constituição Federal**, Brasília, 1988.

BRASIL, **Lei 4.320**, Brasília, 1964.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação Patrimonial do Setor Público**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988.

INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia nos cursos de graduação**. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 1994.

JACINTHO, Roque. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1989.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1991.270p.

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade Municipal**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

SÁ, Antônio Lopes de. **Planos de Contas**. São Paulo: Atlas, 1988.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e Técnicas de pesquisa bibliográfica**. 8 ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, J. Miguel. Plano de Contas Explicativos. **Guia IOB de Contabilidade**, V. III, N. 07/94, agosto/94, p.03-14.



## **ANEXOS**

**ANEXO 1 - TABULAÇÃO DA PESQUISA**

**ANEXO 2 - TABELA DE ALTERAÇÕES DE CÓDIGOS DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**ANEXO 4 - RELATÓRIO DA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA COM A  
DATA DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NOS MUNICÍPIOS DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO COM AS RESPOSTAS DOS PROFISSIONAIS**

**ANEXO 1 - TABULAÇÃO DA PESQUISA**

## **ANEXO 1**

### **TABULAÇÃO DA PESQUISA**

#### **QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**PERGUNTA 1 - Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?**

100% BETHA, não existe outro provedor.

**PERGUNTA 2 - Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?**

80% não utiliza assistência técnica para o sistema.

20% utiliza devido mudança recente do ambiente DOS para o ambiente Windows.

**PERGUNTA 3 - Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.**

90% não necessita de assistência técnica devido a fácil linguagem e acesso ao sistema.

10% tem assistência satisfatória.

**PERGUNTA 4 - Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?**

Vantagens: controle mais amplo através de novos relatórios, fácil adaptação as alterações do sistema, relatórios precisos, rapidez e praticidade, diminuição das margens de erro.

Desvantagens: 100% dos municípios que utilizam ambiente DOS não acharam desvantagens, porém para os do ambiente WINDOWS verificaram erros no programa.

**PERGUNTA 5 - Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão , com a unificação.**

80% benefício.

10% prejuízo.

10% neutro.

**PERGUNTA 6 - Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:**

- a. imediato**
- b. demora de 1 a 15 dias**
- c. demora de 16 a 30 dias**
- d. demora mais de 30 dias**

30% é feito pela própria unidade.

60% escolheram a letra **A**.

10% escolheram a letra **B**.

**PERGUNTA 7 - A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:**

- a. ótima**
- b. boa**
- c. normal**
- d. ruim**

70% escolheram a letra **A**.

20% escolheram a letra **C**.

10% sem resposta.

**PERGUNTA 8 - Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:**

- a. maior liberdade para criar e modificar contas**
- b. pior liberdade para criar e modificar contas**

90% escolheram a letra **A**.

10% sem resposta.

- a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos**
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos**

100% escolheram a letra **A**.

**a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas**

**b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas**

100% escolheram a letra **A**.

**ANEXO 2 - TABELA DE ALTERAÇÕES DE CÓDIGOS DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ANEXO 2**

**TABELA DE ALTERAÇÕES DE CÓDIGOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA:**

**Título da Apostila:**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ALTERAÇÕES AO MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS  
COMPUTACIONAIS DAS UNIDADES GESTORAS  
(RESOLUÇÕES TC - 16/94 E TC 15/96)**

**VERSÃO ACP98 DE DEZEMBRO DE 1997.**

**TABELA 16**

**Tabela de elenco de contas TC**

<b>Cd TC</b>	<b>Cod. Da Conta</b>	<b>Descrição Da Conta</b>	<b>Último Nível</b>
1	1	Sistema Orçamentário	S
2	2	Sistema Financeiro	N
3	21	Ativo Financeiro	N
4	211	Disponível	N
5	211.01	Caixa	S
6	211.02	Bancos Conta Movimento	N
7	211.02.01	Bancos Oficiais	S
8	211.02.02	Bancos Não Oficiais	S
9	211.03	Exatores	S

10	211.04	Outras Disponibilidades	S
11	212	Vinculado Em Conta Corrente Bancaria	N
12	212.01	Bancos Oficiais	S
13	212.02	Bancos Não Oficiais	S
14	213	Realizável	N
15	213.01	Aplicações Financeiras	N
16	213.01.01	Bancos Oficiais	S
17	213.01.02	Bancos Não Oficiais	S
18	213.02	Pagamentos Antecipados	S
19	213.03	Responsabilidades Financeiras	S
20	213.04	Suprimentos	S
21	213.05	Outras Operações Realizáveis	S
22	214	Conversão Monetária Do Sistema Financeiro	S
23	22	Passivo Financeiro	N
24	221	Exigível	N
25	221.01	Restos A Pagar	S
26	221.02	Restituições A Pagar	S
27	221.03	Credores Diversos	S
28	221.04	Debitos De Tesouraria	S
29	221.05	Depósitos De Diversas Origens	N
30	221.05.01	Inss	S
31	221.05.02	Ipesc	S
32	221.05.03	Seguros	S
33	221.05.04	Associações	S
34	221.05.05	Irrf	S
35	221.05.06	Ddo-diversos	S
36	221.06	Depositos Especiais	S
37	221.07	Serviços Da Dívida A Pagar	S
38	221.08	Despesas Empenhadas A Pagar	S
39	221.09	Outros Exigíveis	S

40	23	Contas Operacionais Do Exercício	N
41	231	Receita Orçamentária	N
42	231.01	Receitas Correntes	N
43	231.01.01	Receita Tributaria	N
44	231.01.01.01	Impostos	N
45	231.01.01.01.01	Imposto S/ Prop. Predial E Territ. Urbana	S
46	231.01.01.01.02	Imposto S/ Transmissão Bens Imóveis	S
47	231.01.01.01.03	Imposto S/ Serviços De Qualquer Natureza	S
48	231.01.01.01.04	Imposto S/ Venda A Vareja De Combustíveis	S
49	231.01.01.01.05	Outros Impostos	S
50	231.01.01.02	Taxas	N
51	231.01.01.02.01	Taxa Pelo Exercício Do Poder De Polícia	S
52	231.01.01.02.02	Taxa Pela Prestação De Serviços	S
53	231.01.01.02.03	Outras Taxas	S
54	231.01.01.03	Contribuições de Melhoria	S
55	231.01.02	Receita De Contribuições	N
56	231.01.02.01	Contribuições Sociais	S
57	231.01.02.02	Contribuições Econômicas	S
58	231.01.03	Receita Patrimonial	N
59	231.01.03.01	Receitas Imobiliárias	S
60	231.01.03.02	ReceitasDe Valores Mobiliários	S
61	231.01.03.03	Outras Receitas Patrimoniais	S
62	231.01.04	Receita Agropecuária	S
63	231.01.05	Receita Industrial	S
64	231.01.06	Receita De Serviços	S
65	231.01.07	Transferencias Correntes	N
66	231.01.07.01	Transferencias Intragovernamentais	S
67	231.01.07.02	Transferencias Intergovernamentais	N
68	231.01.07.02.01	Transferencias Da União	N
69	231.01.07.02.01.01	Cota-Parte Fundo Participação Municípios	S



70	231.01.07.02.01.02	Cota-Parte Do Fundo Especial	S
71	231.01.07.02.01.03	Transf. Imposto S/A Renda Retido Na Fonte	S
72	231.01.07.02.01.04	Tranf. Imposto S/ Prop. Rural	S
73	231.01.07.02.01.05	Cota-Parte Ipi Estados S/Exportação	S
74	231.01.07.02.01.06	Cota-Parte Valor Petroleo Bruto	S
75	231.01.07.02.01.07	Cota-Parte Da Contrib. Do Salário-Educação	S
76	231.01.07.02.01.08	Outras Transf. De Impostos Da União	S
77	231.01.07.02.01.09	Outras Transferencias Da União	S
78	231.01.07.02.02	Transferencias Do Estado	N
79	231.01.07.02.02.01	Cota-Parte Icms	S
80	231.01.07.02.02.02	Cota-Parte Ipva	S
81	231.01.07.02.02.03	Cota-Parte Causa Mortis	S
82	231.01.07.02.02.04	Transf. De Outros Impostos Do Estado	S
83	231.01.07.02.02.05	Outras Transferencias Dos Estados	S
84	231.01.07.02.03	Transferencias Dos Municípios	S
85	231.01.07.02.04	Transferencias De Convenios Diversos	S
86	231.01.07.03	Transferências De Instituições Privadas	S
87	231.01.07.04	Transferências Do Exterior	S
88	231.01.07.05	Transferências De Pessoas	S
89	231.01.08	Outras Receitas Correntes	N
90	231.01.08.01	Multas E Juros De Mora	S
91	231.01.08.02	Indenizações E Restituições	S
92	231.01.08.03	Receita Da Dívida Ativa	S
93	231.01.08.04	Receita Diversas	S
94	231.02	Receitas De Capital	N
95	231.02.01	Operações De Crédito	S
96	231.02.02	Alienação De Bens	N
97	231.02.02.01	Alienação De Bens Móveis	S
98	231.02.02.02	Alienação De Bens Imóveis	S
99	231.02.03	Amortização De Empréstimos	S

100	231.02.04	Transferencia De Capital	N
101	231.02.04.01	Transferência Intragovernamentais	S
102	231.02.04.02	Transferência Intragovernamentais	N
103	231.02.04.02.01	Transferencias Da União	N
104	231.02.04.02.01.01	Cota-Parte Fundo De Particip. Municípios	S
105	231.02.04.02.01.02	Cota-Parte Do Fundo Especial	S
106	231.02.04.02.01.03	Transf. Imp. S/A Renda Retido Nas Fontas	S
107	231.02.04.02.01.05	Transf. Do Imposto S/Prop. Territ. Rural	S
108	231.02.04.02.01.06	Cota-Parte Ipi-Estados Exp. Prod. Ind.	S
109	231.02.04.02.01.07	Cota-Parte Da Contrib. Salário-Educação	S
110	231.02.04.02.01.08	Outras Transf. De Impostos Da União	S
111	231.02.04.02.01.09	Outras Transf. Da União	S
112	231.02.04.02.02	Transferências Dos Estados	N
113	231.02.04.02.02.01	Cota-Parte Icms	S
114	231.02.04.02.02.02	Transf. De Outros Impostos Dos Estados	S
115	231.02.04.02.02.03	Outras Transferencias Do Estado	S
116	231.02.04.02.03	Transferencias Dos Municipios	S
117	231.02.04.02.04	Transferencias De Convenios Diversos	S
118	231.02.04.03	Transferencias De Instituições Privadas	S
119	231.02.04.04	Transferencias Do Exterior	S
120	231.02.04.05	Transferencias De Pessoas	S
121	231.02.05	Outras Receitas De Capital	S
122	231.03	Contas De Receita Orçamentaria A Regularizar	S
123	232	Despesas Orçamentária	N
124	232.01	Despesas Correntes	N
125	232.01.01	Despesas De Custeio	N
126	232.01.01.01	Pessoal	S
127	232.01.01.02	Material De Consumo	S
128	232.01.01.03	Serviços De Terceiros E Encargos	S

129	232.01.01.04	Diversas Despesas De Custeio	S
130	232.01.02	Transferencias Correntes	N
131	232.01.02.01	Transferências Intragovernamentais	S
132	232.01.02.02	Transferências Intragovernamentais	N
133	232.01.02.02.01	Transferências A União	S
134	232.01.02.02.02	Transferências A Estados E Ao Df	
135	232.01.02.02.03	Transferências A Municípios	S
136	232.01.02.02.04	Transferências A Inst. Multigovernamentais	S
137	232.01.02.03	Transferências A Instituições Privadas	S
138	232.01.02.04	Transferências Ao Exterior	S
139	232.01.02.05	Transferências A Pessoas	S
140	232.01.02.06	Encargos Da Dívida Interna	S
141	232.01.02.07	Encargos Da Dívida Externa	S
142	232.01.02.08	Contribuições P/ Formação-Pasep	S
143	232.01.02.09	Diversas Transferências Correntes	S
144	232.02	Despesas De Capital	N
145	232.02.01	Investimentos	N
146	232.02.01.01	Obras E Instalações	S
147	232.02.01.02	Equipamentos E Material Permanente	S
148	232.02.01.03	Investimento Em Regime De Execução Especial	S
149	232.02.01.04	Constituição/Aumento Capital Empresas Ind.	S
150	232.02.01.05	Diversos Investimentos	S
151	232.02.02	Inversões Financeiras	N
152	232.02.02.01	Aquisição De Imóveis	S
153	232.02.02.02	Aquisição Outros Bens De Capital Ja Em Utiliz.	S
154	232.02.02.03	Aquisição De Bens Para Revenda	S
155	232.02.02.04	Aquisição De Títulos De Créditos	S
156	232.02.02.05	Aquisição Títulos Rep. Capital Ja Integral	S

157	232.02.02.06	Constituição/Aumento Capital Emp. Com. Fin.	S
158	232.02.02.07	Concessão De Empréstimos	S
159	232.02.02.08	Depósitos Compulsórios	S
160	232.02.02.09	Diversas Inversões Financeiras	S
161	232.02.03	Transferências De Capital	N
162	232.02.03.01	Transferências Intragovernamentais	S
163	232.02.03.02	Transferências Intragovernamentais	N
164	232.02.03.02.01	Transferência A União	S
165	232.02.03.02.02	Transferências A Estados E Df	S
166	232.02.03.02.03	Transferências A Municípios	S
167	232.02.03.02.04	Transferências A Inst. Multigovernamentais	S
168	232.02.03.03	Transferências A Instituições Privadas	S
169	232.02.03.04	Transferências Ao Exterior	S
170	232.02.03.05	Amortização Da Dívida Interna	S
171	232.02.03.06	Amotização Da Dívida Externa	S
172	232.02.03.07	Diferença De Câmbio	S
173	232.02.03.08	Diversas Transferências De Capital	S
174	232.03	Contas De Despesa Orçamentária A Regularizar	S
175	24	Contas De Interferência	S
176	241	Transferências Financeiras	N
177	241.01	Resultado Financeiro Do Exercício	S
178	242	Conversão Monetária	S
179	243	Receitas A Classificar	S
180	3	Sistema Patrimonial	N
181	31	Ativo Permanente	N
182	311	Bens Móveis	S
183	312	Bens Imóveis	N
184	312.01	Bens Imóveis Diversos	S
185	312.02	Obras Em Andamento	S

186	313	Bens De Natureza Industrial	S
187	314	Créditos	N
188	314.01	Dívida Ativa	S
189	314.02	Devedores Diversos	S
190	315	Valores	S
191	316	Diversos	N
192	316.01	Almoxarifado	S
193	316.02	Outros Bens E Direitos	S
194	32	Passivo Permanente	N
195	321	Dívida Fundada	N
196	321.01	Dívida Fundada Interna	S
197	321.02	Dívida Fundada Externa	S
198	322	Diversos	S
199	33	Saldo Patrimonial	N
200	331	Ativo Real Líquido	S
201	332	Passivo Real A Descoberto	S
202	34	Sistema De Resultado Patrimonial	N
203	341	Variações Ativas-Result. Exerc. Orçament.	N
204	341.01	Receita Orçamentária Realizada	S
205	341.02	Va. Reo-Mutações Patrimoniais	N
206	341.02.01	Aquisição De Bens Móveis	S
207	341.02.02	Construção E Aquisição De Bens Imóveis	S
208	341.02.03	Const. Aquis. De Bens Natur. Industrial	S
209	341.02.04	Formação De Créditos Diversos	S
210	341.02.05	Aquisição De Títulos E Valores	S
211	341.02.06	Aquisição De Bens Diversos	S
212	341.02.07	Empréstimos Concedidos	S
213	341.02.08	Amortização Da Dívida Fundada	S
214	341.02.09	Amortização De Arrend. Mercantil	S
215	341.02.10	Amortização De Débitos Consolidados	S

216	341.02.11	Apropriação De Despesas	S
217	341.02.12	Incorporação De Almoxarifado	S
218	341.02.13	Outras Va -Reo-Mutações Patrimoniais	S
219	342	Variações Ativas Indep. Exec. Orçamentária	N
220	342.01	Va-Ieo-Variações Patrimoniais	N
221	342.01.01	Incorporação De Bens E Valores	S
222	342.01.02	Recebimento De Bens Em Doação	S
223	342.01.03	Reavaliação De Bens E Valores	S
224	342.01.04	Incorporação De Almoxarifado	S
225	342.01.05	Inscrição Da Dívida Ativa	S
226	342.01.06	Inscrição De Outros Créditos	S
227	342.01.07	Cancelamento De Dívidas Passivas	S
228	342.01.08	Baixa Passivo Prescritos Ou Indevidos	S
229	342.01.09	Transf. Obras Em Andam. P/ Custo Final	S
230	342.01.10	Outras Va -leo -Variações Patrimoniais	S
231	343	Variações Passivas Resultantes Exerc. Orçam.	N
232	343.01	Despesas Orçamentárias Realizadas	S
233	343.02	Vp - Reo - Mutações Patrimoniais	N
234	343.02.01	Alienação de Bens Móveis	S
235	343.02.02	Alienação De Bens Imóveis	S
236	343.02.03	Alienação De Bens Natureza Industrial	S
237	343.02.04	Recebimento De Outros Créditos	S
238	343.02.05	Alienação De Títulos E Valores	S
239	343.02.06	Alienação De Bens Diversos	S
240	343.02.07	Recebimento De Empréstimos Concedidos	S
241	343.02.08	Empréstimos Tomados	S
242	343.02.09	Cobrança Da Dívida Ativa	S
243	343.02.10	Outras Vp-Reo - Mutações Patrimoniais	S
244	344	Variações Passivas Indep. De Execução Orçam.	N

245	344.01	Vp- Ieo - Variações Patrimoniais	N
246	344.01.01	Baixa De Bens Inservíveis	S
247	344.01.02	Baixa De Bens Por Permuta	S
248	344.01.03	Baixa De Bens Por Doação	S
249	344.01.04	Baixa De Bens Incinerados	S
250	344.01.05	Baixa De Bens Por Furto Ou Roubo	S
251	344.01.06	Baixa De Almoxarifado	S
252	344.01.07	Depreciação De Bens	S
253	344.01.08	Cancelamento Da Dívida Ativa	S
254	344.01.09	Cancelamento De Créditos	S
255	344.01.10	Encampação De Dívidas Passivas	S
256	344.01.11	Correção De Dívidas Passivas	S
257	344.01.12	Baixa De Títulos E Valores	S
258	344.01.13	Transf. De Obras Em Andam. P/ Custo Final	S
259	344.01.13	Devolução De Bens	S
260	344.01.15	Transf. De Bens Em Processo De Compra	S
261	344.01.16	Inscrição De Dívida	S
262	344.01.17	Outras Vp - Ieo - Variações Patrimoniais	S
263	345	Contas De Interferência	N
264	345.01	Transferências Patrimoniais Do Exercício	S
265	345.02	Resultado Patrimonial Do Exercício	S
266	345.03	Conversão Monetária	S
267	4	Sistema De Compensação	N
268	41	Ativo Compensado	N
269	411	Valores Em Poder De Terceiros	S
270	412	Valores De Terceiros	S
271	413	Valores Nominiais Emitidos	S
272	414	Diversos	S
273	415	Contrapartidas	S
274	42	Passivo Compensado	N

275	421	Contrapartidas	N
276	421.01	Contrapartidas Sintéticas	N
277	421.01.01	Contrapartida Val. Em Poder Terceiros	S
278	421.01.02	Contrapartida De Valores D eTerceiros	S
279	421.01.03	Contrapartida De Val. Nominais Emitidos	S
280	421.01.04	Contrapartida De Responsabilidade Diversas	S
281	422	Responsabilidades Da Unidade	S
282	423	Conversão Monetária	S



**ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS**

### ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA  
DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE  
CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

---

---

---

---

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

---

---

---

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

---

---

---

---

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

---

---

---

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão , com a unificação.

---

---

---

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- a. imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- a. ótima
- b. boa
- c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

- a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

**ANEXO 4 - RELATÓRIO DA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA  
COM A DATA DE INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Codigo Cliente				Endereço		C E P	Cidade	UF	C.G.C.	Inscri- Valor	Pt. Contr.
Dia Contrato				Duplic. Data Emis. Vencimento		Conta		Sub conta			
Data Início											
1186 AMUREL-ASSOC.MUNICIPIOS REG. DE LAGUNA				AV. MARCOLINDO MARTINS CABRAL, 2069		88705.001	TUBARAO	SC	82.998.170/0001.71	ISENTA	01/05/1999
10	020383	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS					
13 CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				PCA ANCHIETA. 10		88180.000	ANTONIO CARLOS	SC	82.892.290/0001.90	ISENTA	01/12/1995
10	08/95	020389	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (II)					
14 CAMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU				PCA NEREU RAMOS. 90		88160.000	BIGUAÇU	SC	73.564.064/0001.99	ISENTA	01/12/1995
10	17/95	020394	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)				25/05/1997	
10		020394	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001512 ALUG.SIST.DE LEGISLACAO MUNICIPAL				09/04/1996	
10		020394	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (III)				09/04/1996	
10		020394	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (II)					
15 CAMARA MUNICIPAL DE GARDOPARA				RUA PROF ANTONIO JOSE BOTELHO. 113		88495.000	GARDOPARA	SC	80.978.423/0001.86	ISENTA	01/12/1995
10	18/95	020425	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)					
1024 CAMARA MUNICIPAL DE SOV CELSO RAMOS				AV BANCHOS -SN		88190.000	GOVERN.CELSO RAMOS	SC	82.892.373/0001.89		01/10/1995
10		020427	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001512 ALUG.SIST.DE LEGISLACAO MUNICIPAL				10/07/1997	
10		020427	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001515 ALUG.SIST.CONTAB.P/CAMARA (I)				04/11/1997	
10		020427	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (III)					
16 CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA				PCA 07 DE SETEMBRO. S/N		88130.000	PALHOÇA	SC	73.813.675/0001.59	ISENTA	01/12/1995
10	01/96	020453	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (II)				01/12/1995	
10	01/96	020453	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (III)					
199 CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE				PRACA MERCILIO LUIZ. 10		88103.900	SÃO JOSE	SC	93.708.248/0001.39	ISENTA	02/01/1997
10	4034/97	020474	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (II)					
17 CAMARA MUNICIPAL DE STO ALDA IMPERATRIZ				PCA GOVERNADOR IVO SILVEIRA. 306		88140.000	STO AMARO IMPERATRIZ	SC	80.674.252/0001.35	ISENTA	01/12/1995
10	23/95	020487	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (II)				01/11/1999	
10		020487	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS					
741 FUNCINE - FUNDO *MUNICIPAL DE CINEMA				UFSC-DEPTO ARTIST.CULT.SETOR CINEMA		88040.900	FLORIANOPOLIS	SC	85.385.898/0001.80	ISENTA	22/03/1995
10	1434/95	020517	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001562 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (III)				01/11/1999	
10		020517	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS					
1726 FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE SAO JOSE				BR 101 - KM 202. 3.967		88115.500	SÃO JOSE	SC	82.299.772/0001.00	ISENTA	01/04/1999
10		020518	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001462 ALUG.SIST.CONT.FUNDO M.AMBIENTE (III)				01/04/1999	
10		020518	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS					
1725 FUNDACAO FRANKLIN JACQUES				RUA CONSELHEIRO MAFRA. 656 1º ANDAR		88010.102	FLORIANOPOLIS	SC	80.152.051/0001.78		01/04/1999
10		020520	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001562 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (III)				01/04/1999	
10		020520	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS				01/04/1999	
10		020520	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001574 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (III)				01/04/1999	

Resumo de Duplicatas - 05/99 Período de 01/01/1980 a 31/12/1999

Codigo Cliente				Endereco		C E P	Cidade	UF C.B.C.	Inscriç	
Dia Contrato	Duplicir.	Data Emis.	Vencimento	Conta			Sub conta		Valor	Dt. Contr.
<hr/>										
18 FUNDACAO HOSPITALAR MUN.DE CANELINHA				AV. AREIAD. 200		88230.000	CANELINHA	SC 81.286.254/0001.10	ISENTA	
10	36/95	020524	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001467 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
10	36/95	020524	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001481 ALUG.SIST.CONT.FUNDO HOSPITALAR (II)			01/12/1995
<hr/>										
124 FUNDACAO MUN. DE ESPORTES DE SAO JOSE				RUA CONSTANCIA KRUMEL.S/N-PRAIA COMPRIDA		88113.900	SAO JOSE	SC 82.892.274/0001.05	ISENTA	
10		020530	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001486 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ESPORTES (II)			01/06/1995
<hr/>										
762 FUNDACAO MUN. DE MEIO AMBIENTE DE FPODIS				RUA CRISPIM MIRA, 333		88020.540	FLORIANOPOLIS	SC 90.909.972/0001.01	ISENTA	
10	1585/96	020531	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001462 ALUG.SIST.CONT.FUNDO M.AMBIENTE (III)			21/07/1996
10		020531	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.G-SIST.DE INFORM.BERENCIAIS			01/11/1996
<hr/>										
1237 FUNDACAO MUNIC.DE ESPORTES DE TIJUCAS				RUA CEL.RUCHELE - 01		88200.000	TIJUCAS	SC 72.254.576/0001.04		
10		020537	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001486 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ESPORTES (II)			01/01/1996
<hr/>										
1318 FUNDO MUN. CRIAN/ADOLEC SOV.CELSO RAMOS				AV.06 DE NOVEMBRO - 01		88190.000	SOV.CELSO RAMOS	SC 82.892.373/0001.09		
10		020547	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (II)			01/02/1996
<hr/>										
237 FUNDO MUN. DE ASS.SOCIAL DE AGUAS MORNAS				AV. CORONEL ANTONIO LEFINTUHL, S/N		88150.000	AGUAS MORNAS	SC 82.892.266/0001.50	ISENTO	
10		020574	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
188 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL ANT.CARLOS				RUA 06 DE NOVEMBRO, 186		88180.000	ANTONIO CARLOS	SC 82.892.290/0001.00	ISENTO	
10		020577	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
177 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL DE RISUACU				R.VER.EMIDIO A.VERISSIMO - RIO CAVEIRAS		88160.000	RISUACU	SC 82.892.308/0001.57	ISENTO	
10		020581	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
179 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL DE S.C.RAMOS				RUA 6 DE NOVEMBRO, 01		88190.000	SOV.CELSO RAMOS	SC 82.892.373/0001.09	ISENTO	
10		020584	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
187 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL DE PALHOCA				AV. RIO BRANCO, 235		88130.000	PALHOCA	SC 82.892.316/0001.00	ISENTO	
10		020590	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
194 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL DE SAO JOSE				ROD. BR.101 KM 202, 3697		88115.100	SAO JOSE	SC 82.892.274/0001.05	ISENTO	
10	4038/97	020597	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/04/1996
<hr/>										
190 FUNDO MUN. DE ASSIST.SOCIAL R.QUEIMADO				PRACA LEONARDO SELL, S/N		88470.000	RANCHO QUEIMADO	SC 82.392.357/0001.04	ISENTO	
10		020602	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001498 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (II)			01/06/1996
<hr/>										
763 FUNDO MUN. DE INTEGRACAO SOCIAL FPODIS				RUA CAMPOLINO ALVES, 305- CAPOEIRAS		88025.110	FLORIANOPOLIS	SC 95.346.593/0001.00	ISENTO	
10	1582/96	020620	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001564 ALUG.SIST.CONT.FUNDO INTEGR.SOCIAL (III)			01/04/1996
<hr/>										
19 FUNDO MUN. DE SAUDE DE ANITAPOLIS				RUA GONCALVES JUNIOR, 260		88475.000	ANITAPOLIS	SC 82.892.332/0001.02	ISENTO	

Codigo Cliente				Endereço		C E P	Cidade	UF C.G.C.	Inst	
Dia Contrato	Duplic.	Data Emis.	Vencimento	Conta			Sub conta		Val	Dt. Contr.
10	01/95	020628	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)			01/12/1995
189 FUNDO MUN. DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS										
10		020629	19/05/1999	01/06/1999	RUA 06 DE NOVENBRO, 186 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR180.000 ANTONIO CARLOS 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.290/0001.90	ISE	01/06/1999
20 FUNDO MUN. DE SAUDE DE BIGUAÇU										
10	17/95	020633	19/05/1999	01/06/1999	R.VER.EMIDIO A.VERISSIMO- RIO CAVEIRAS 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR160.000 BIGUAÇU 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.300/0001.53	ISE	01/12/1995
24 FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOV.CELSO RAMOS										
10	121/95	020643	19/05/1999	01/06/1999	AV 6 DE NOVENBRO, 01 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR190.000 BOV.CELSO RAMOS 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.333/0001.89	ISE	01/12/1995
10	121/95	020643	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (1)			01/12/1995
186 FUNDO MUN. DE SAUDE DE PALHOÇA										
10		020655	19/05/1999	01/06/1999	RUA AMARO FERREIRA MACEDO,183 - CENTRO 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR130.000 PALHOÇA 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.316/0001.08	ISE	01/06/1999
21 FUNDO MUN. DE SAUDE DE SÃO JOSE										
10		020662	19/05/1999	01/06/1999	BR 101-KM 202,NR 3697-ANEYO A UNIVALE 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR115.500 SÃO JOSE 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.274/0001.95	ISE	01/12/1995
22 FUNDO MUN. DE SAUDE DE TIJUCAS										
10	05/95	020667	19/05/1999	01/06/1999	RUA DEL BUCHELLE, 01 - CENTRO 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR200.000 TIJUCAS 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.577.636/0001.65	ISE	01/12/1995
1325 FUNDO MUN. DESENV.RURAL DE SÃO BONIFÁCIO										
10		020677	19/05/1999	01/06/1999	AV.29 DE DEZEMBRO - 12 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR485.000 SÃO BONIFÁCIO 001495 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ADEQUACAO (1)	SC 82.892.340/0001.39		01/06/1999
1250 FUNDO MUN. DO DES/TURISTICO NOVA TRENTO										
10		020680	19/05/1999	01/06/1999	PRACA DA BANDEIRA - 126 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR270.000 NOVA TRENTO 001526 ALUG.SIST.CONT.FUNDO DESENV. TURISTICO(1)	SC 82.925.025/0001.60		01/01/1999
1324 FUNDO MUN. SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO										
10		020687	19/05/1999	01/06/1999	AV.29 DE DEZEMBRO - 12 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR485.000 SÃO BONIFÁCIO 001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)	SC 82.892.340/0001.39		01/06/1999
10		020687	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001520 ALUG.SIST.COMPRAS P/FUNDO SAUDE			01/06/1999
1303 FUNDO MUN.ASSIST.SOCIAL DE TIJUCAS										
10		020695	19/05/1999	01/06/1999	RUA CORONEL BUCHELLE - 01 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR200.000 TIJUCAS 001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)	SC 82.577.636/0001.65		09/09/1997
1282 FUNDO MUN.CRIAN/ADO STD AMARO IMPERATRIZ										
10		020697	19/05/1999	01/06/1999	PRACA GOV IVO SILVEIRA - 306 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR140.000 STD AMARO IMPERATRIZ 001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)	SC 82.892.724/0001.64		10/01/1999
1328 FUNDO MUN.CRIAN/ADOLEC DE SÃO BONIFÁCIO										
10		020698	19/05/1999	01/06/1999	AV.29 DE DEZEMBRO - 12 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR485.000 SÃO BONIFÁCIO 001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)	SC 82.892.340/0001.39		01/06/1999
1524 FUNDO MUN.DA CRIAN/ADOLEC DE BAROPARA										
10		020704	19/05/1999	01/06/1999	PA GOV. IVO SILVEIRA,296 000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		BR495.000 BAROPARA 001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)	SC 82.875.057/0001.90		05/06/1999

Código Cliente	Duplic. Data Emis.	Vencimento	Endereço Conta	C.E.P.	Cidade Sub-Conta	UF C.B.C.	In. Nr.	Pl. Contr.
1251 FUNDO MUN.DA CRIAN/ADOLEC.DE NOVA TRENTO	020705	19/05/1999	01/06/1999	PRACA DA BANDEIRA - 126	88270.000 NOVA TRENTO	SC 82.925.025/0001.60		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)			01/01/1999
1253 FUNDO MUN.DA CRIAN/ADOLEC DE ANITAPOLIS	020706	19/05/1999	01/06/1999	RUA BONCALVES JUNIOR - 260	88475.000 ANITAPOLIS	SC 82.892.332/0001.92		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)			01/01/1999
205 FUNDO MUN.DE ASSIS.SOC.STO.A.IMPERATRIZ	020715	19/05/1999	01/06/1999	PCA GOVERNADOR IVO SILVEIRA	88140.000 STO AMARO IMPERATRIZ	SC 82.179.215/0001.47	ISENT	
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIS.SOCIAL (1)			01/01/1999
1252 FUNDO MUN.DE ASSIS.SOCIAL DE NOVA TRENTO	020717	19/05/1999	01/06/1999	PRACA DA BANDEIRA - 126	88270.000 NOVA TRENTO	SC 82.925.025/0001.60		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)			01/01/1999
882 FUNDO MUN.DE ASSIS.SOCIAL DE ANGELINA	020723	19/05/1999	01/06/1999	RUA MANOEL LIND KOERICH-80	88460.000 ANGELINA	SC 82.951.195/0001.10		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)			01/01/1999
1254 FUNDO MUN.DE ASSIS.SOCIAL DE ANITAPOLIS	020724	19/05/1999	01/06/1999	RUA BONCALVES JUNIOR - 260	88475.000 ANITAPOLIS	SC 82.892.332/0001.92		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)			01/01/1999
1327 FUNDO MUN.DE ASSIS.SOCIAL.SAO BONIFACIO	020730	19/05/1999	01/06/1999	AV.29 DE DEZEMBRO - 12	88485.000 SAO BONIFACIO	SC 82.892.340/0001.39		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001521 ALUG.SIST.COMPRAS P/FUNDO ASSIS.SOCIAL			01/01/1999
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)			01/01/1999
1326 FUNDO MUN.DE HABITACAO DE SAO BONIFACIO	020732	19/05/1999	01/06/1999	AV.29 DE DEZEMBRO - 12	88485.000 SAO BONIFACIO	SC 82.892.340/0001.39		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001485 ALUG.SIST.CONT.FUNDO R.HABITACIONAL (1)			01/01/1999
1639 FUNDO MUN.DE SAUDE DE ANGELINA	020734	19/05/1999	01/06/1999	RUA MANOEL KOERICH, 80	88460.000 ANGELINA	SC 82.951.195/0001.10	ISENT	
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)			01/01/1999
1283 FUNDO MUN.DE SAUDE STO AMARO IMPERATRIZ	020738	19/05/1999	01/06/1999	PRACA GOV IVO SILVEIRA - 306	88140.000 STO AMARO IMPERATRIZ	SC 82.892.324/0001.41		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)			01/01/1999
1281 FUNDO MUN.DES.AGROR.STO AMARO IMPERATRIZ	020740	19/05/1999	01/06/1999	PRACA GOV.IVO SILVEIRA - 306	88140.000 STO AMARO IMPERATRIZ	SC 82.892.324/0001.41		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001495 ALUG.SIST.CONT.FUNDO AGROPECUARIA (1)			01/01/1999
1476 FUNDO MUN.DESERV.RURAL DE SAO BONIFACIO	020744	19/05/1999	01/06/1999	AV 29 DE DEZEMBRO - 12	88485.000 SAO BONIFACIO	SC 82.892.340/0001.39		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (1)			01/01/1999
1255 FUNDO MUN.ROTAT.HABITACIONAL DE FIGUACU	020752	19/05/1999	01/06/1999	PRACA NEREU RAMOS - 90	88160.000 FIGUACU	SC 82.892.309/0001.53		
10			000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001495 ALUG.SIST.CONT.FUNDO R.HABITACIONAL (1)			01/01/1999



Codigo Cliente				Endereço		C E P	Cidade	UF C.E.C.	Inst.	Dt. Contr.
Dia Contrato	Duplic.	Data Emis.	Vencimento	Conta						
<hr/>										
1284	FUNDO MUN. TURISMO	STO AMARO	IMPERATRIZ	PRACA SOV JVO SILVEIRA - 306		88140.000	STO AMARO IMPERATRIZ SC	R2.892.324/0001.46	9	19/01/1995
10	020755	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001526 ALUG.SIST.CONT.FUNDO RESEMU.TURISTICO(I)			
<hr/>										
23	HOSPITAL	MONSENHOR JOSE LOCKS		RUA LEOPOLDINA BRASIL. 112		88240.000	SAO JOAO BATISTA SC	R1.291.698/0001.49	ISENTO	01/12/1995
10	18/95	020760	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10	18/95	020760	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
<hr/>										
25	PREF. MUN. AGUAS MORNAS			AV CEL. ANTONIO LEHMUHL		88150.000	AGUAS MORNAS SC	R2.892.266/0001.50	ISENTO	01/12/1995
10	04/95	020779	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10		020779	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001472 ALUG.SIST.CONTROLE DE FROTAS			21/07/1999
10	04/95	020779	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
10		020779	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (I)			10/09/1997
<hr/>										
26	PREF. MUN. ALFREDO WAGNER			PRACA DA BANDEIRA. 01		88450.000	ALFREDO WAGNER SC	R3.102.608/0001.54	ISENTO	01/12/1995
10	01/95	020780	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
<hr/>										
27	PREF. MUN. ANGELINA			RUA MANDEL KOERICH. 80		88460.000	ANGELINA SC	R2.951.195/0001.10	ISENTO	01/12/1995
10	07/95	020787	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10	07/95	020787	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
10		020787	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (I)			01/04/1997
10	07/95	020788	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (I)			01/02/1996
10	07/95	020788	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (I)			01/02/1996
10	07/95	020788	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (I)			01/02/1996
10	07/95	020788	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSON (I)			01/02/1996
<hr/>										
28	PREF. MUN. ANITAPOLIS			RUA BONCALVES JUNIOR. 240		88475.000	ANITAPOLIS SC	R2.892.732/0001.00	ISENTO	01/12/1995
10	01/96	020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10	01/96	020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (I)			01/12/1995
10	01/96	020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (I)			01/02/1996
10		020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (I)			15/01/1999
10	01/96	020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
10		020789	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001591 ALUG.SIST.FATURAMENTO DE AGUA E ESGOTO			01/01/1999
10	3023/96	020790	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001515 ALUG.SIST.CONTAB.P/CANAOA (I)			01/02/1996
<hr/>										
29	PREF. MUN. ANTONIO CARLOS			RUA 06 DE NOVEMBRO. 186		88180.000	ANTONIO CARLOS SC	R2.992.290/0001.90	ISENTO	01/12/1995
10	08/95	020791	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10		020791	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ORIAM/ADOLET (I)			10/01/1999
10		020791	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (I)			01/04/1997
10	08/95	020791	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
<hr/>										
30	PREF. MUN. BIGUAÇU			PCA NEREU RAMOS. 90		88160.000	BIGUAÇU SC	R2.892.308/0001.53	ISENTO	01/12/1995
10	17/95	021292	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)			
10	17/95	021293	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)			01/12/1995
10	17/95	021294	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (I)			01/12/1995
10	17/95	021294	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (I)			01/12/1995
10	17/95	021294	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (I)			01/12/1995
10	17/95	021294	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSON (I)			01/12/1995
10	17/95	021294	19/05/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001497 ALUG.SIST.TRIB.CONTR/MELHORIA (I)			01/12/1995

Codigo Cliente				Endereco		C E P	Cidade	UF	C.D.C.	Inscr.	Dt. Entr.
Dia Contrato	Duplic.	Data Emis.	Vencimento	Conta		Sub conta				Valor	
10	021294	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001536 ALUG.SIST.TRIB.TAXAS DIVERSAS (11)				01/05/1999
10	021294	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001559 ALUG.SIST.TRIB.LICENCA DE ALVARA				01/05/1999
10 17/95	021295	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (11)				01/12/1995
10	021295	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001537 ALUG.SIST.MODULO ADM. GERENCIAL (MAC)				01/05/1999
10 17/95	021296	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (11)				01/12/1995
10	021297	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001480 ALUG.SIST.CONT.FUNDO AGRICULTURA (11)				01/01/1999
31 PREF. MUN. CANELINHA				AV CARTORIO FLORENTINO DA SILVA. 683		88230.000	CANELINHA	SC	82.562.893/0001.23	ISENTA	
10 36/95	020858	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/12/1995
10 36/95	020858	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (11)				01/06/1995
10 36/95	020858	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (11)				01/12/1995
10 36/95	020859	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (11)				01/12/1995
10 36/95	020859	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (11)				01/12/1995
10 36/95	020859	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (11)				01/12/1995
10 36/95	020859	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (11)				01/12/1995
1714 PREF. MUN. FLORIANOPOLIS				RUA CONSELHEIRO MAFRA,S/N ED.ALDO RECKER		88010.100	FLORIANOPOLIS	SC	82.892.282/0001.43		
10	020913	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001562 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/03/1999
10	020914	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001574 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (11)				01/03/1999
32 PREF. MUN. BARDOPABA				PCA GOVERNADOR IVO SILVEIRA. 296		88495.000	BARDOPABA	SC	82.836.057/0001.90	ISENTA	
10 18/95	020922	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/12/1995
10	020922	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (11)				01/12/1995
10	020922	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (11)				01/12/1995
10	020922	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (11)				01/12/1995
10	020923	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (11)				01/05/1997
10	020923	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (11)				01/05/1997
10	020923	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (11)				01/05/1997
10	020923	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (11)				01/05/1997
10	020923	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001497 ALUG.SIST.TRIB.CONTR.MELHORIA (11)				01/05/1997
10	020924	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.SERENCIAIS				01/11/1999
33 PREF. MUN. GOVERNADOR CELSO RAMOS				AV 06 DE NOVEMBRO, 01		88190.000	GOV.CELSO RAMOS	SC	82.892.373/0001.89	ISENTA	
10 121/95	020929	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/12/1995
10 121/95	020929	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001506 ALUG.SIST.DE LICITACOES E COMPRAS (11)				01/12/1995
10 121/95	020929	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (11)				01/12/1995
34 PREF. MUN. LEOPOLDO LEAL				RUA MAINOLDO LEHNKUHIL, 20		88445.000	LEOPOLDO LEAL	SC	82.824.790/0001.50	ISENTA	
10 05/95	021000	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/12/1995
10 05/95	021000	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (11)				01/12/1995
10	021000	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ORIAN/ARDECO (11)				01/03/1999
10 05/95	021000	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001472 ALUG.SIST.CONTROLE DE FOTAS				01/04/1999
10 05/95	021000	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (11)				01/12/1995
35 PREF. MUN. MAJOR BERCINO				PCA GERONIMO SILVEIRA ALBANS. 78		88260.000	MAJOR BERCINO	SC	82.845.744/0001.71	ISENTA	
10	021003	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (11)				01/12/1995
10	021003	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001562 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (11)				01/12/1995
10	021004	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (11)				01/12/1995
10	021004	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (11)				01/12/1995

Codigo Cliente				Endereco		C E P	Cidade	UF C.B.C.	Inscriç	Dt. Contr.
Dia Contrato	Duplic.	Data Emis.	Vencimento	Conta			Sub conta		Valor	
10	021004	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (1)			01/12/1995
10	021004	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO			001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (1)			01/12/1995
<hr/>										
36 PREF. MUN. NOVA TRENTO				PRACA DA BANDEIRA, 126		88270.000	NOVA TRENTO	SC 82.925.025/0001.60	ISENTA	
10	19/95	021038	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10	19/95	021038	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (1)			01/12/1995
10		021038	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (1)			17/08/1999
10		021038	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
10		021038	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001551 ALUG.SIST.CONT.INSTIT.PREV.SERV.PUBL.(1)			01/01/1999
10		021039	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001563 S.I.B-SIST.DE INFORM.GERENCIAIS			01/05/1999
<hr/>										
37 PREF. MUN. PALHOÇA				AV RIO BRANCO, 235		88130.000	PALHOÇA	SC 82.892.316/0001.08	ISENTA	
10	01/96	021053	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10	4000/96	021053	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001500 ALUG.SIST.CONTROLE DE PROTOCOLO			01/09/1999
10	01/96	021053	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
10	01/96	021054	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (1)			01/12/1995
10	01/96	021054	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (1)			01/12/1995
10		021054	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001497 ALUG.SIST.TRIB.CONTR/MELHORIA (1)			01/04/1999
<hr/>										
38 PREF. MUN. PAULO LOPES				AV SANTA CATARINA, 196		88490.000	PAULO LOPES	SC 81.892.365/0001.32	ISENTA	
10	02/95	021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10	02/95	021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001467 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
10		021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001470 ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (1)			01/01/1999
10		021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001471 ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (1)			01/01/1999
10		021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001528 ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (1)			01/01/1999
10		021069	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001549 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (1)			01/01/1999
10		021070	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001468 ALUG.SIST.TRIB.IPTU (1)			01/01/1999
10		021070	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001477 ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (1)			17/05/1999
10		021070	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001478 ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (1)			02/05/1999
10		021070	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001488 ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (1)			01/01/1999
<hr/>										
39 PREF. MUN. RANCHO QUEIMADO				PRACA LEONARDO SELL, S/N		88470.000	RANCHO QUEIMADO	SC 82.892.357/0001.04	ISENTA	
10	04/95	021107	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10		021107	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001505 ALUG.SIST.DE LICITAÇÕES E COMPRAS (1)			01/08/1999
10	04/95	021107	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
<hr/>										
40 PREF. MUN. SANTO AMARO DA IMPERATRIZ				PRACA GOVERNADOR IVO SILVEIRA		88140.000	S TO AMARO IMPERATRIZ	SC 82.892.324/0001.45	ISENTA	
10	23/95	021125	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10	23/95	021125	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
10		021125	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001590 ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (1)			01/07/1999
<hr/>										
41 PREF. MUN. SAO BONIFACIO				AV 29 DE DEZEMBRO, 12		88485.000	SAO BONIFACIO	SC 82.892.340/0001.39	ISENTA	
10	01/96	021129	19/05/1999	10/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995
10		021129	19/05/1999	10/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001472 ALUG.SIST.CONTROLE DE FROTAS			17/08/1999
10	01/96	021129	19/05/1999	10/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001522 ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (1)			01/12/1995
<hr/>										
42 PREF. MUN. SAO JOAO BATISTA				PCA DEPUTADO WALTER VICENTE, 89		88240.000	SAO JOAO BATISTA	SC 82.925.152/0001.00	ISENTA	
10	18/95	021133	19/05/1999	01/06/1999	000205 RECEITAS/SETOR PUBLICO		001452 ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (1)			01/12/1995

Codigo Cliente				Endereco	C E P	Cidade	UF C.B.C.	Inscriç	Nº. Contr.
Dia Contrato	Duplic.	Data Emis.	Vencimento	Conta		Sub conta		Valor	
10		021133	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001506	ALUG.SIST.DE LICITAÇÕES E COMPRAS (I)	15/05/1997
10	18/95	021133	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001522	ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)	01/12/1995
10	18/95	021133	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001590	ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (I)	01/12/1995
10	18/95	021134	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001468	ALUG.SIST.TRIB.IPTU (I)	01/03/1996
10	18/95	021134	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001477	ALUG.SIST.TRIB.DIVIDA ATIVA (I)	01/03/1996
10	18/95	021134	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001478	ALUG.SIST.TRIB.ALVARA (I)	01/03/1996
10	18/95	021134	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001488	ALUG.SIST.TRIB.ISSQN (I)	01/03/1996
10	18/95	021134	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001497	ALUG.SIST.TRIB.CONTR/MELHORIA (I)	01/03/1996
43 PREF. MUN. SAO JOSE					PCA ARNOLDO DE SOUZA, 38	88103.900	SAD JOSE	SC 82.892.274/0001.05	ISENTA
10		021140	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001452	ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)	01/12/1995
10		021140	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001471	ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (I)	01/12/1995
10		021141	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001506	ALUG.SIST.DE LICITAÇÕES E COMPRAS (I)	01/12/1995
10		021141	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001522	ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)	01/12/1995
10		021141	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001590	ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (I)	01/12/1995
10		021142	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001563	S.I.G-SIST.DE INFORM.REFERENCIAIS	01/07/1999
238 PREF. MUN. SAO PEDRO DE ALCANTARA					PCA ADALSIDO FELIPE, 01	88125.000	SAD PEDRO ALCANTARA	SC 01.613.101/0001.00	ISENTA
10		021159	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001452	ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)	01/02/1997
10		021159	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001472	ALUG.SIST.CONTROLE DE FROTAS	29/04/1999
10		021159	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001522	ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)	01/02/1997
10		021159	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001549	ALUG.SIST.CONT.PATRIMONIO - PUBLICO (II)	01/04/1999
10		021160	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001495	ALUG.SIST.CONT.FUNDO AEROPECUARIA (I)	01/04/1999
10		021160	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001499	ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSISTENCIA (I)	01/04/1999
10		021160	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001499	ALUG.SIST.CONT.FUNDO PREVIDENCIA (I)	01/04/1999
10		021160	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001526	ALUG.SIST.CONT.FUNDO DESENV.TURISTICO(I)	01/04/1999
44 PREF. MUN. TIJUCAS					RUA CORONEL RUCHELLE, 01 - CENTRO	88200.000	TIJUCAS	SC 82.577.876/0001.65	ISENTA
10	05/95	021185	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001452	ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)	01/12/1995
10		021186	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001484	ALUG.SIST.CONT.FUNDO RURAL (I)	01/04/1999
1107 PREF.MUN/FUNDO ASSI. SOC. SAO JOAO BATISTA					PCA DEPUTADO WALTER VICENTE - 89	88240.000	SAD JOAO BATISTA	SC 82.925.652/0001.00	
10		021228	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001528	ALUG.SIST.CONT.FUNDO ASSIST.SOCIAL (I)	01/10/1997
1320 PREF.MUN/FUNDO CRI/ADOL SAO JOAO BATISTA					PCA DEPUTADO WALTER VICENTE - 89	88240.000	SAD JOAO BATISTA	SC 82.925.652/0001.00	
10		021229	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001471	ALUG.SIST.CONT.FUNDO CRIAN/ADOLEC (I)	01/01/1999
1319 PREF.MUN/FUNDO DE SAUDE SAO JOAO BATISTA					PCA DEPUTADO WALTER VICENTE - 89	88240.000	SAD JOAO BATISTA	SC 82.925.652/0001.00	
10		021230	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001470	ALUG.SIST.CONT.FUNDO SAUDE (I)	01/01/1999
10		021230	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001520	ALUG.SIST.COMPRAS R/FUNDO SAUDE	01/07/1999
536 SAMAE-SERV.AUT.MUN.4304 EMBOTO GOVER.C.R					AV. SANCHOS DO MEIO, S/N-SANCHOS DO MEIO	88190.000	GOVERNADOR D. RAMOS	SC 74.047.341/0001.50	ISENTA
10	456/94	021245	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001452	ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)	20/04/1999
10		021245	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001522	ALUG.SIST.FOLHA DE PAGAMENTO (II)	01/02/1999
764 SAMAE-SERV.AUT.MUN.4304 EMBOTO N.TRENTO					RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N - CENTRO	88270.000	NOVA TRENTO	SC 95.795.267/0001.48	ISENTA
10	337/93	021253	19/05/1999	01/06/1999	000205	RECEITAS/SETOR PUBLICO	001452	ALUG.SIST.CONTABILIDADE PUBLICA (I)	20/04/1999

Total - )

**ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO COM AS RESPOSTAS DOS  
PROFISSIONAIS**

Gilberto Brasil - Contador - 27 anos  
P.M. Garopaba

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Betha SISTEMAS LTDA

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

Assist. Técnica p/ o Plano de Contas proporciona o dito NF, porém para o Sistema é necessário p/ adequação a legislação.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

As alterações são procedidas pela própria unidade/ contador, contudo as empresas disponibilizam alterações do sistema atendendo a legislação.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

Como vantagem citamos a fácil adaptação as

alteração, como desvantagem, vimos a ausência do conceito, tipo, caracterização e utilização.

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

Os benefícios são: o diálogo padrão entre os esferas de governo, a fácil incorporação dos dados entre as esferas. Como uma possível desvantagem é a ausência de autonomia p/ criar grupos de contas de cada unidade.

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

é feita pela própria unidade.

- a. imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- ☒ a. ótima
- b. boa
- c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

igual

- a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

igual

- \* a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- \* a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

P.M.S.J.

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E  
DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS  
PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE  
DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

BETHA SISTEMAS LTDA

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

HOJE COM A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS,  
O SEJO PROGRAMAS NOVOS HA NECESSIDADE DE  
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

SÓ POR FOTOCOPIAR.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

VANTAGENS PERMITE UM CONTROLE MAIS AMPLO,  
ATRÁVES DE NOVOS RECURSOS

DESVANTAGEM: SUPORTE TÉCNICO INADEQUADO, E  
ERROS DENTRO DO PROGRAMA.

5- Está previsto para o ano de 2004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

PREJUÍZO ALGUM, MUITO PELA CONTRÁDITÓRIA DO HÓRARIO  
VANTAGEM.

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- a. imediato
- ☒ b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- a. ótima
- b. boa
- ☒ c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

- ☒ a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS  
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS  
INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto  
para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com  
esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

→ BETA SISTEMAS.

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência  
técnica? Por quê?

AS VEZES EM CASO DE EVENTUAIS MUDANÇAS QUE  
SE FAZEM

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a  
eventuais mudanças no plano.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado  
com o utilizado antes?

Vantagens: Rapidez, relatórios com precisão,

desvantagens: não tem.

---

---

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão , com a unificação.

o Benefício de um só sistema é o mesmo  
Código para todos facilitando a comunicação.

---

---

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- ☒ a) imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- ☒ a) ótima
- b. boa
- ☒ c) normal → *desconsiderar.*
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a) maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas
  
- ☒ a) é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a) é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Bethy

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

não utiliza devido ao uso (10 anos)

Se houver problema, é só da máquina, ou rede.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

não há necessidade.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

prático, rápido, relatórios mais precisos

---

---

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

*nao v<sup>o</sup> prejuizo e nem beneficio*

---

---

---

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- ☒ a) imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- a. ótima
- b. boa
- ☒ c) normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a) maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

- ☒ a) é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a) é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

P.M. Sado A. da Imp

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

Tudo  
TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS  
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS  
INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto  
para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com  
esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados? 100% Beta  
Beta.

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência  
técnica? Por quê?

não. É de fácil acesso e utilização.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a  
eventuais mudanças no plano.

Quem faz mudança nos planos somos nós.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado  
com o utilizado antes?

Rapidez, eficiência nas relações.

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

*Facilita fiscalização do Tribunal de Contas*  
*Possibilita diálogo entre as prefeituras*

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- ☒ a. imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- ☒ a. ótima
- b. boa
- c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

- ☒ a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

P.M. águas m...  
José Ademir  
contador.

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Bethq.

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

na maioria das vezes não, só se muda o sistema em alguma coisa, como a mudança da legislação.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

as mudanças no plano é feito pela prefeitura, só se faz a mudança do sistema devido a alteração da lei, aí tem existido adequadamente.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

Vantagens: são vários, como rapidez, menos erros, facilidade de aprendizagem e manutenção.

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

*Vantagens: mesmo diário entre as prefeituras e tc.*

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

a. imediato

*é feito pela prefeitura*

b. demora de 1 a 15 dias

c. demora de 16 a 30 dias

d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

☒ ótima

b. boa

c. normal

d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

☒ maior liberdade para criar e modificar contas

b. pior liberdade para criar e modificar contas

☒ é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

☒ é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

f.m. Paulo Leopes.

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Betho sistemas Ltda

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

não é preciso.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

Paro as alterações temos orientações e disquete com as instruções, mas no geral, as alterações não feitas por nós, contadores.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

Vantagens: processo contábil mais rápido, diminuiu as margens de erro, no emissão de relatórios.

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

Benefícios: facilita a fidedignidade do T.C.  
e melhora a comunicação entre prefeituras vizinhas, ou até o próprio T.C., porque  
temos o mesmo diálogo.

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

☒ imediato

b. demora de 1 a 15 dias

c. demora de 16 a 30 dias

d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

☒ ótima

b. boa

c. normal

d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

☒ maior liberdade para criar e modificar contas

b. pior liberdade para criar e modificar contas

☒ é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

☒ é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

Sheila  
P.M. Biguac  
Contadora.

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA  
DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS  
INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Betka Sistemas

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

Não. Por que há clareza para o município

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

Muito bem, pois o Tribunal, também, as pes-  
quisas realizadas do Tribunal de Contas do  
Estado. ( )

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

Sempre utilizei o informatizado

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

Se vejo benefícios, pois com a Globalização  
precisamos nos comunicar usando um  
mesmo idioma (no caso um mesmo plano).

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- ☒ a. imediato
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- ☒ a. ótima
- b. boa
- c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas
- ☒ a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

P.M. Antônio Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ACADÊMICA GISELLE ADRIANA CARDOSO  
MONOGRAFIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
PROFESSOR: FLÁVIO DA CRUZ

TÍTULO: ANÁLISE DAS PROCEDÊNCIAS, REALIMENTAÇÃO E DEPENDÊNCIA DOS  
PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DIANTE DOS PLANOS DE CONTAS  
INFORMATIZADOS ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DOS  
MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

BETHA SISTEMAS

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

NÃO.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

AS alterações são feitas via disquete / correio.  
Não tem necessidade de assistência no local.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

A vantagem é a rapidez.



---

---

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão , com a unificação.

A unificação seria mais fácil p/ auditoria.

---

---

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

☒ a. imediato

b. demora de 1 a 15 dias

c. demora de 16 a 30 dias

d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

☒ a. ótima

b. boa

c. normal

d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

☒ a. maior liberdade para criar e modificar contas

b. pior liberdade para criar e modificar contas

☒ a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

☒ a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas

Nome: Amaurício Barreiros Figueiredo  
Formação: Tecn. Contab. Superior de Leticia  
Idade: 42  
- a quanto tempo a Prefeitura usa o sistema: final fev/98.  
PÚBLICA P.M. Florianópolis

NA a quanto tempo a Prefeitura  
usa o sistema: final fev/88.  
PÚBLICA P.m. Florianópolis

P. m. Florianópolis

Segundo o estudo desta monografia, faz-se necessário o questionamento do assunto para complementação do trabalho e registro do fato no caso de pesquisas futuras. Com esse objetivo, pede-se a compreensão e auxílio respondendo a esse questionário.

1- Qual a empresa fornecedora dos Planos de Contas informatizados?

Sistema Beta: (Windows)

2- Ao utilizar os Planos de Contas informatizados também se faz necessário a assistência técnica? Por quê?

técnica? Por quê?  
É necessário <sup>para</sup> ~~que~~ para resolver problemas que não se resolvem  
apenas com o pensamento.

3- Na sua opinião, como essa(s) empresa(s) tem assistido a Prefeitura com relação a eventuais mudanças no plano.

Contadores 203 es Sue o Jozeem.

4- Quais as vantagens e desvantagens do Plano de Contas informatizado comparado com o utilizado antes?

vant. agendada,

desv. melhora de empresa fornecedor (traspasse - 2 anos 94/95)  
aprendizagem.

desv. - erro no sistema, que ele não tem conhecimento  
do problema.

5- Está previsto para o ano de 2.004 o uso de um Plano de Contas informatizado padrão para todas as prefeituras do Brasil. Comente sobre os benefícios e prejuízos que na sua opinião, provavelmente ocorrerão, com a unificação.

na seguinte mental, por el balance  
é ver benefício. só gosto.

6- Em caso de necessidade em incluir novas contas ou grupamento de contas o atendimento da empresa de informática é:

- a. imediato *2 dias contados*
- b. demora de 1 a 15 dias
- c. demora de 16 a 30 dias
- d. demora mais de 30 dias

7- A facilidade de adaptação e alteração nas contas é considerada pela equipe encarregado de contabilidade em nossa Prefeitura como:

- a. ótima
- b. boa
- ☒ c. normal
- d. ruim

8- Classifica, comparando a experiência do passado onde o Plano de Contas era dominado pelos próprios contadores, com a situação atual, como:

- ☒ a. maior liberdade para criar e modificar contas
- b. pior liberdade para criar e modificar contas

- ☒ a. é melhor possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos
- b. é pior possuir um provador igual ao dos municípios vizinhos

- ☒ a. é bom que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas
- b. é ruim que todos os municípios da grande Florianópolis venham a possuir o mesmo provedor de Plano de Contas